

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

TAMIRES MARTINI

**CONTABILIDADE GERENCIAL APLICADA AO TERCEIRO SETOR SOB O
ENFOQUE DA DIFUSÃO DA CULTURA TRADICIONALISTA GAÚCHA**

CAXIAS DO SUL

2019

TAMIRES MARTINI

**CONTABILIDADE GERENCIAL APLICADA AO TERCEIRO SETOR SOB O
ENFOQUE DA DIFUSÃO DA CULTURA TRADICIONALISTA GAÚCHA**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador TCC I: Prof^a. Ma. Maria Salete
Goulart Martins Denicol
Orientador TCC II: Prof^a. Ma. Sinara
Jaroseski

CAXIAS DO SUL

2019

TAMIRES MARTINI

**CONTABILIDADE GERENCIAL APLICADA AO TERCEIRO SETOR SOB O
ENFOQUE DA DIFUSÃO DA CULTURA TRADICIONALISTA GAÚCHA**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador TCC I: Prof^a. Ma. Maria Salete
Goulart Martins Denicol
Orientador TCC II: Prof^a. Ma. Sinara
Jaroseski

Aprovado (a) em ____/____/____

Banca Examinadora:

Presidente

Prof^a. Ma. Sinara Jaroseski
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Examinadores:

Prof. Me. Elias Milton Denicol
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Prof. Me. Evandro Carlos Stumpf
Universidade de Caxias do Sul - UCS

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus agradecimentos a todos que contribuíram com a realização deste estudo. Agradeço, em especial, as minhas orientadoras, Prof^a. Ma. Maria Salete Goulart Martins Denicol e Prof^a. Ma. Sinara Jaroseski, por todo o conhecimento e competência durante todo o desenvolvimento desta monografia.

Agradeço a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, colaboraram para que este trabalho fosse realizado. Primeiramente a Deus, pela oportunidade de realizar os meus sonhos, por ter guiado os meus passos e ter me fortalecido em todos os momentos.

Agradeço também a meus pais e irmã, por sempre estarem presentes, proporcionando apoio e inspiração necessária. Expresso minha gratidão à 25^a Região Tradicionalista, por permitir e incentivar a execução da pesquisa e às entidades colaboradoras.

“O tradicionalismo é um estado de alma e de espírito. É uma forma de rever as coisas do passado na preocupação de retirar elementos fundamentais que possam ser utilizados para consolidar o indivíduo na sociedade atual.”

João Carlos D'Ávila Paixão Côrtes

RESUMO

Os Centros de Tradições Gaúchas são sociedades civis sem fins lucrativos que atuam na preservação e difusão da cultura tradicionalista gaúcha, buscando o fortalecimento de valores éticos e morais. No entanto, para essas entidades manterem-se em atividade, são arrecadados recursos oriundos de terceiros, havendo normalmente a dificuldade na captação e na aplicação desses recursos. Isso pode acarretar, no pior dos casos, o encerramento da atividade da entidade pela sua inviabilidade. Diante disso a Contabilidade Gerencial atua no fornecimento de instrumentos que proporcionam benefícios no âmbito gerencial, pois as informações geradas fundamentam decisões que potencializam a captação e a utilização de recursos. Desta forma, objetivou-se, com esta pesquisa, identificar as contribuições proporcionadas pela Contabilidade Gerencial aplicada ao Terceiro Setor com enfoque às entidades que difundem a cultura tradicionalista gaúcha filiadas à 25ª Região Tradicionalista (RT). Por meio da pesquisa bibliográfica, averiguaram-se as características acerca das instituições do Terceiro Setor, bem como, elencaram-se os instrumentos da Contabilidade Gerencial aplicáveis e, evidenciaram-se através dos dados obtidos por levantamentos as deficiências gerenciais das entidades pesquisadas. Assim, o fato de os CTGs não possuírem a execução da Contabilidade Gerencial, seja por falta de conhecimento dos gestores ou por falta de recursos para sua implantação, pode impactar negativamente na sua autossustentabilidade e perenidade.

Palavras-chave: Contabilidade gerencial. Instrumentos. Gestão. Terceiro setor. Centros de tradições gaúchas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Conjunção dos setores.....	28
Figura 2 – Distribuição das entidades por cidade.....	40
Figura 3 – Participação das atividades na arrecadação de recursos	43
Figura 4 – Motivos de não haver contabilidade regular.....	53
Figura 5 – Controles internos de entidades irregulares.....	55

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 - Instrumentos da Contabilidade Gerencial aplicáveis ao Terceiro Setor ..	24
Quadro 2 – Composição do Terceiro Setor	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cruzamento de nº de associados versus Movimentação financeira.....	41
Tabela 2 – Obstáculos enfrentados pela gestão dos CTGs	42
Tabela 3 – Participação de associados na captação de recursos.....	44
Tabela 4 – Metas dos CTGs.....	45
Tabela 5 – Cruzamento de Cargos <i>versus</i> Escolaridade	47
Tabela 6 – Cruzamento de Responsáveis <i>versus</i> Experiências externas.....	48
Tabela 7 – Perfil dos serviços contábeis	49
Tabela 8 – Características dos serviços contábeis	50
Tabela 9 – Utilização das Demonstrações Contábeis	51
Tabela 10 – Pesquisa de satisfação dos serviços contábeis	51
Tabela 11 – Teste <i>t</i> para comparação entre médias	52
Tabela 12 – Elaboração dos fluxos de caixa.....	55
Tabela 13 – Prestação de contas.....	56
Tabela 14 – Auditoria das demonstrações contábeis.....	57
Tabela 15 – Controles internos	57
Tabela 16 – Segregação de funções.....	58
Tabela 17 – Análise das demonstrações contábeis	59
Tabela 18 – Métodos de custeio	60
Tabela 19 – Orçamento.....	60
Tabela 20 – Planejamento estratégico	61

LISTA DE ABREVIATURAS

Art.	Artigo
Ed.	Edição
<i>Et al.</i>	E outros
Ma.	Mestra
Nº	Número
P.	Página
Prof ^a .	Professora
V.	Volume

LISTA DE SIGLAS

BCB -	Banco Central do Brasil
BP -	Balanço Patrimonial
BSC -	<i>Balanced Scorecard</i>
CFC -	Conselho Federal de Contabilidade
CRC RS -	Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul
CTG -	Centro de Tradições Gaúchas
CVM -	Comissão de Valores Mobiliários
DFC -	Demonstração do Fluxo de Caixa
DRE -	Demonstração do Resultado do Exercício
DSDE -	Demonstração do <i>Superávit</i> ou <i>Déficit</i> do Exercício
DMPLS -	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Social
DVA -	Demonstração do Valor Adicionado
FASB -	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
FASFIL -	Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos
GBV -	Gestão Baseada em Valor
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MTG -	Movimento tradicionalista gaúcho
ONG -	Organização Não Governamental
OS -	Organização Sociais
OSCIP -	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
RS -	Rio Grande do Sul
RT-	Região Tradicionalista
SPED -	Sistema Público de Escrituração Digital
SPSS® -	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
SUSEP -	Superintendência de Seguros Privados
UCS -	Universidade de Caxias do Sul

LISTA DE SÍMBOLOS

§	parágrafo
%	por cento
®	marca registrada
<	menor que
≠	diferença

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	14
1.2	TEMA E QUESTÃO DE PESQUISA	17
1.3	OBJETIVOS	17
1.3.1	Objetivo geral	17
1.3.2	Objetivos específicos	18
1.4	ESTRUTURA DO ESTUDO	18
2	REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1	CONTABILIDADE GERENCIAL	20
2.1.1	Elaboração e utilização da informação contábil-gerencial.....	21
2.2	ATUAÇÃO DA CONTABILIDADE GERENCIAL NO TERCEIRO SETOR.....	22
2.2.1	Instrumentos da Contabilidade Gerencial aplicáveis no Terceiro Setor	24
2.3	SETORES DO SISTEMA SOCIAL	27
2.4	TERCEIRO SETOR.....	29
2.5	CENTROS DE TRADIÇÕES GAÚCHAS.....	32
2.5.1	Movimento Tradicionalista Gaúcho e suas Regiões Tradicionalistas	33
2.5.2	Classificação dos CTGs	34
2.5.3	Origem do Movimento Tradicionalista Gaúcho e dos CTGs	35
3	METODOLOGIA	36
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	36
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	38
4	ANÁLISE DOS DADOS	40
4.1	CARACTERÍSTICAS DAS ENTIDADES PESQUISADAS	40
4.1.1	Amostragem abrangida	40
4.1.2	Concorrências entre os CTGs.....	41
4.1.3	Origem dos recursos que financiam as atividades dos CTGs.....	43
4.1.4	Definição das metas dos CTGs.....	45
4.2	ASPECTOS DA GESTÃO DAS ENTIDADES	46

4.2.1	Nível de instrução dos gestores dos CTGs	46
4.2.2	Nível de detenção de experiências externa pela gestão.....	48
4.3	CARACTERÍSTICAS DA CONTABILIDADE DAS ENTIDADES	49
4.3.1	CTGs que possuem contabilidade regular	50
4.3.2	CTGs que não possuem contabilidade regular	53
4.4	UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DA CONTABILIDADE NA GESTÃO..	56
4.4.1	<i>Accountability</i> /Prestação de Contas	56
4.4.2	Auditoria	57
4.4.3	Controle Interno	57
4.4.4	Demonstrações Contábeis	59
4.4.5	Métodos de Custeio	60
4.4.6	Orçamento	60
4.4.7	Planejamento Estratégico	61
5	CONCLUSÃO	63
	REFERÊNCIAS.....	66
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO	73

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

É evidente o aumento dos números de organizações do Terceiro Setor, tanto na esfera nacional, quanto internacional, justificado pelos seus objetivos perante a sociedade, que circunscreve no propósito de buscar alternativas aos mais distintos problemas sociais (TONDOLO, 2014). Conseqüentemente cresce o número de estudos que envolvem essas entidades (SANTOS; LEAL, 2012).

Ocupando uma posição intermediária entre o primeiro setor e o segundo setor (PAES, 2018), o Terceiro Setor vem suprindo as lacunas de demandas da sociedade, de acordo com Lima e Freitag (2014), podendo essas organizações serem engajadas com os mais diversificados problemas sociais que não são atendidos pela atuação ineficiente do Estado e do desinteresse das empresas cuja finalidade é o lucro.

De acordo com publicação na Revista Filantropia (2012):

Apesar de apresentarem soluções positivas para o desenvolvimento da sociedade, essas organizações contam com a doação. Sendo assim, a prática de sobrevivência das organizações não-governamentais é, muitas vezes, emergencial (REVISTA FILANTROPIA, 2012).

Neste contexto, para as entidades classificadas no Terceiro Setor manterem-se em atividade, são arrecadados recursos oriundos de terceiros. Sendo assim, Patzlaff (2015) afirma haver uma lógica instrumental específica, que é mais adequada para conduzir os gestores deste setor, sendo ela capaz de mesclar os princípios ontológicos¹ da essência pública com as técnicas gerenciais predominantes no setor privado.

Pelo fato de não haverem normas que regem a elaboração e execução de instrumentos gerenciais, o critério para adoção é particular conforme a melhor adaptação e facilitação gerada na decisão de cada gestor.

¹ Termo usado como um adjetivo que define tudo que diz respeito à ontologia, ou seja, que investiga a natureza da realidade e da existência, buscando o sentido abrangente do ser (PATZLAFF, 2015).

Para tanto, a Contabilidade Gerencial, deve ser utilizada na tomada de decisão, independentemente do porte da organização, fundamentada no fato em que os recursos das entidades sem fins lucrativos são limitados conforme o Conselho Federal de Contabilidade – CFC (2015).

Observa-se que algumas peculiaridades ficaram evidentes em estudos realizados anteriormente, como: a falta de conhecimento dos gestores sobre os instrumentos gerenciais e limitação encontrada na maioria dessas entidades no que diz respeito à aplicação de controles e análises em sua estrutura funcional, devido à falta de recursos para tal (MARIO, *et al.*, 2013).

Diante desse cenário, encontram-se entidades culturais que atuam na difusão da cultura tradicionalista gaúcha, sendo elas espalhadas por todas as regiões do Brasil e fora dele (HERÊNCIO, 2017). Estas, demandam de informações adequadas por meio da utilização da Contabilidade Gerencial, a fim de assegurar a viabilidade das suas atividades, garantindo a sobrevivência e ampliação da atuação, podendo abranger uma parcela maior da sociedade atendida.

A escolha do tema deu-se em virtude da carência de profissionais da Contabilidade efetivamente capacitados para atuar juntamente com os gestores nas entidades do Terceiro Setor.

Tendo em vista que o foco da Contabilidade vem tomando novos ângulos² para atender às necessidades dos usuários, uma vez que o seu objetivo era meramente cumprir com as obrigações perante órgãos de arrecadação. Entretanto, as informações geradas através da Contabilidade vêm conquistando de forma gradual o seu espaço na tomada de decisões dos gestores, os quais precisam transformar tais informações em ações que garantam a melhor utilização dos recursos econômicos conforme Bazzi (2015).

Nas entidades do Terceiro Setor, mesmo que suas atividades não tenham um objetivo de lucratividade como as demais empresas, também necessitam da atuação

² Voltadas a uma análise mais gerencial, a ciência da contabilidade e outras ciências presentes no cenário empresarial (relacionadas à *design*, à estratégia, à logística, ao *marketing*, à produção) estão em constante ajustamento para atender novas necessidades, principalmente informacionais para promover estabilidade às empresas em meio a significativas mudanças acarretadas pelo “desenvolvimento tecnológico, competitividade agressiva entre concorrentes, complexibilidade econômica e globalização” (BAZZI, 2015, p. 20).

da Contabilidade Gerencial, afinal, precisam destinar de forma inteligente os recursos arrecadados para ampliar a sua atuação na sociedade de forma autossustentável.

Além disso, o Terceiro Setor vem crescendo significativamente nos últimos anos conforme evidenciado nas pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. No período de 2002 a 2005, observou-se um acréscimo de 22,6% no número de associações e fundações sem fins lucrativos, que passaram de 275,9 mil em 2002 para 338,2 mil em 2005.

No entanto, em nova pesquisa publicada em 2010, abrangendo o período de 2006 a 2010, houve um crescimento de 8,8% no número de FASFIL (Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos), que passou de 267,3 mil, em 2006, para 290,7 mil, em 2010.

A redução apontada na pesquisa de 2005 para 2010 ocorreu pela alteração da metodologia de coleta de dados, conforme esclarece a publicação FASFIL 2010. Na pesquisa de 2005, estavam inclusas, no total, as organizações inativas. Entretanto, ao analisar os números de organizações sem fins lucrativos de 2002, que era de 275,9 mil, e comparar com as 290,7 mil de 2010, ainda assim, apresenta-se aumento em torno de 5,3% na quantidade de organizações sem fins lucrativos.

Esse crescimento pode ser justificado pela fragilidade no cumprimento de necessidades sociais que não são atendidas pelos demais setores. Com a crise socioeconômica enfrentada pela atual sociedade as demandas aumentam e se transformam com muita frequência.

Assiste-se, nos últimos anos do século passado, à expansão desse campo social com a formação de organizações que mereceram denominações variadas, como organizações não governamentais, organizações sociais, organizações voluntárias, organizações da sociedade civil, e ensejaram áreas diversas de atuação como o meio ambiente, as questões de gênero, o problema do desenvolvimento desigual, do emprego e da renda e da cultura, por exemplo. Essa expansão identifica positivamente a capacidade dessas instituições interpretarem o que se denomina questões sociais e agirem, organizadas por seus públicos, para a proposição de ações de interesse público (CABRAL, 2015, p. 3).

Portanto, a relevância deste estudo consiste em salientar as vantagens da aplicação da Contabilidade Gerencial nas organizações, identificando quais instrumentos são adequados para as entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a reorganização financeira das entidades visando sua autosustentabilidade.

Para fins acadêmicos e científicos, a importância desse estudo se justifica pela escassez de fontes de pesquisa direcionada à Contabilidade Gerencial em entidades do Terceiro Setor que atuem especificamente na propagação da cultura, servindo como incentivo para novos pesquisadores do mesmo tema.

1.2 TEMA E QUESTÃO DE PESQUISA

Os Centros de Tradições Gaúchas, conhecidos como CTG, são sociedades civis sem fins lucrativos que funcionam como clubes de cunho cultural. Atuam fortemente na preservação e difusão da cultura tradicionalista gaúcha, buscando o fortalecimento de valores éticos.

Os recursos captados para seu funcionamento são oriundos de suas atividades, doações, subvenções e financiamentos públicos e/ou privados. Sendo que o *superávit* auferido ao final de cada exercício não é distribuído entre os fundadores, mas sim reinvestido para ampliar a capacidade de atuação na sociedade.

Com a aplicação das ferramentas oriundas da Contabilidade Gerencial, os CTGs podem obter benefícios no âmbito de gerenciamento, pois as informações geradas fundamentam decisões potencializando a captação e a utilização de recursos.

Neste sentido, definiu-se como delimitação do tema a utilização da Contabilidade Gerencial nas entidades do Terceiro Setor, com enfoque nas entidades cujo objetivo é a difusão da cultura tradicionalista gaúcha.

Com base na delimitação do tema de pesquisa proposto, a questão de pesquisa para o estudo é: Qual a contribuição da Contabilidade Gerencial para as entidades que difundem a cultura tradicionalista gaúcha?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo desse estudo será identificar as contribuições proporcionadas pela Contabilidade Gerencial aplicada ao Terceiro Setor com enfoque às entidades

que difundem a cultura tradicionalista gaúcha filiadas à 25ª Região Tradicionalista (RT).

1.3.2 Objetivos específicos

- Fazer o levantamento bibliográfico de conceitos e técnicas da Contabilidade Gerencial e entidades do Terceiro Setor com enfoque no segmento dos CTGs;
- Elencar as ferramentas proporcionadas pela Contabilidade Gerencial aplicáveis ao Terceiro Setor;
- Coletar dados através de instrumento de pesquisa (questionário) aplicado aos gestores dos CTGs de Participação Plena filiadas à 25ª Região Tradicionalista (RT);
- Analisar o resultado da coleta de dados;
- Apresentar as melhorias nos processos da gestão para maximizar os resultados através da utilização da Contabilidade Gerencial nas entidades estudadas.

1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO

No primeiro capítulo apresenta-se uma contextualização do tema, bem como os objetivos, a questão de pesquisa e a sua justificativa.

No segundo capítulo demonstram-se os diversos aspectos teóricos sobre as atribuições da Contabilidade Gerencial ao Terceiro Setor. Este capítulo tem o objetivo de expressar os conceitos mencionados pelos autores que discutem sobre o tema.

No capítulo três descreve-se a metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo, apontando os diferentes aspectos metodológicos aplicados.

No quarto capítulo apresentam-se os resultados da pesquisa aplicada aos Centros de Tradições Gaúchas, evidenciando-se os aspectos e particularidades dos mesmos, especialmente no âmbito dos processos gerenciais utilizados nessas entidades.

Ao final, no quinto capítulo, elencam-se as considerações finais geradas a partir do estudo realizado acerca da utilização das ferramentas proporcionadas pela Contabilidade Gerencial nos Centros de Tradições Gaúchas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE GERENCIAL

A Contabilidade tem função administrativa que caracteriza-se pelo controle do patrimônio, bem como, exerce função econômica ao apurar o resultado das organizações. Ambas as funções são desempenhadas com o intuito de prestar informações: objetivo principal da Contabilidade conforme Viceconti e Neves (2017).

Para Marion (2015, p. 30), “a Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomarem decisões”.

Com o intuito de alcançar o equilíbrio, a organização precisa estabelecer necessidades e metas que serão utilizadas como parâmetros pelos gestores para fundamentar a tomada de decisão visando sempre os impactos econômicos, sociais e ambientais. As metas norteiam os resultados que precisam ser alcançados, no entanto, não descrevem a maneira como as decisões devem ser obtidas conforme destacam Martins e Guindani (2013).

Portanto, são estabelecidas estratégias, para definir as escolhas sobre o que deverá e o que não deverá ser executado para que haja o melhor ajustamento entre o ambiente de uma organização e os recursos internos para atingir as metas. Entretanto, após a escolha de uma estratégia, a organização deve utilizar a informação contábil gerencial para implementar melhorias, alocar recursos e fornecer *feedback* durante a execução da mesma, de acordo com Atkinson *et al.* (2015).

Independentemente da dimensão de uma organização, é importante que haja o manejo adequado das informações para a tomada de decisões. A Contabilidade tem papel relevante nesse contexto, pois está capacitada para fornecer, analisar e ordenar os dados para atender tal demanda dos gestores. Para agregar valor aos negócios, é determinante que o serviço oferecido pela Contabilidade tenha a perspectiva de instrumento gerencial, não apenas atender às rotinas burocráticas de acordo com Marion (2015).

Atualmente, percebe-se que “o aumento da concorrência e a escassez de recursos disponíveis têm contribuído para as constantes mudanças na gestão de

negócios. [...] a Contabilidade Gerencial vem preencher essa lacuna produzindo informações objetivas, úteis e relevantes ” (CREPALDI; CREPALDI, 2019, p. 06).

Com o surgimento da Contabilidade Gerencial, os dados provenientes da área contábil, que anteriormente enfatizavam somente os aspectos monetários, passam a abranger de modo complementar, as informações de natureza operacional: qualidade, capacidade, eficiência e desempenho dos colaboradores, avaliação e satisfação dos clientes conforme Marion e Ribeiro (2018).

Para tanto, visualizar o âmbito geral da organização de forma harmônica ao invés de observar cada atividade e etapa isoladamente visando atingir o objetivo de eliminar custos desnecessários e averiguar oportunidades de melhorias, se faz necessário (JOÃO, 2015).

Nesse sentido, a Contabilidade Gerencial veio ser um importante instrumento de análise e interpretação visando a tomada de decisões, não podendo ser considerada uma simples ramificação da Contabilidade Financeira (MARION; RIBEIRO, 2018).

2.1.1 Elaboração e utilização da informação contábil-gerencial

Além de ser mantida em constante atualização, a informação contábil-gerencial deve ser conciliada e sustentada com respeito às técnicas contábeis. Para Crepaldi e Crepaldi (2019, p. 13), a Contabilidade Gerencial deve ser fundamentada em “informações precisas, oportunas e pertinentes sobre a economia e o desempenho”.

Ainda os mesmos autores, enfatizam a importância da adoção de um sistema de informação contábil adequadamente estruturado, para possibilitar a utilização eficiente dos dados necessários para a gestão econômica e financeira da empresa, proporcionando a excelência na relação custo benefício da geração e comunicação das informações.

Neste sentido, inicia-se o processo da Contabilidade Gerencial desde a denominação congruente das contas contábeis, seguindo os critérios de fidelidade, clareza e denominação adequada. Levando em consideração o tipo de atividade da empresa. Caso não sejam seguidos esses princípios, o plano de contas não atenderá à demanda de representar fielmente o patrimônio, e “sem um plano de

contas eficaz, não se elaboram relatórios gerenciais contábeis úteis para a tomada de decisão pelos gestores da organização” (AMORIM, 2018, p. 321).

Em relação aos resultados obtidos através do processo de elaboração da informação contábil gerencial, podem ser classificados em dois grandes grupos conforme Coelho e Lins (2010):

- a) Avaliação de desempenho econômico-financeiro, sendo analisadas as principais demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e a Demonstração de Fluxo de Caixa);
- b) Avaliação de desempenho de produtos e serviços, também denominado como gestão estratégica de custos, considerando os indicadores relacionados com o processo produtivo.

De acordo com Marion e Ribeiro (2018), a avaliação de desempenho econômico-financeiro tem três aspectos a serem observados: liquidez, rentabilidade e endividamento. Mensurados com o intuito de medir a garantia de pagamento às obrigações, o êxito econômico e a correta utilização dos capitais próprios em relação aos capitais de terceiros.

Refente à avaliação de desempenho de produtos e serviços deve observar a eficácia e eficiência das atividades que consomem custos, cortando-os no caso de atividades desnecessárias e reaplicando-os às atividades eficientes. Os autores enfatizam ainda o “monitoramento do desempenho em relação aos clientes, porque são eles que dão sustentação à organização” (MARION; RIBEIRO, 2018, p. 31).

Tais avaliações que demonstram o desempenho das organizações precisam ser executadas rotineiramente, com isso os gestores saberão se a organização está ou não atingindo as metas estipuladas. Sucessivamente, a análise das divergências demonstra os fatores que acarretaram no êxito ou não, possibilitando aos gestores a visão necessária para intervir reparando falhas ou aprimorando processos para ampliar o desempenho segundo Marion e Ribeiro (2018).

2.2 ATUAÇÃO DA CONTABILIDADE GERENCIAL NO TERCEIRO SETOR

Levando em consideração um importante aspecto pertinente à gestão dos recursos das entidades deste âmbito está no fato de que, mesmo sendo

caracterizadas por serem sem finalidade de lucro, há alta competitividade, “uma vez que na busca de recursos financeiros as organizações são competitivas” (TONDOLO, 2014, p. 80).

No entanto, no que diz respeito à utilização das informações geradas através da Contabilidade Gerencial nas entidades de Terceiro Setor, há influências de características específicas que ocorrem na composição da administração dessas organizações. Dentre elas, o fato de ser formada por indivíduos especializados nas atividades-fim, normalmente relacionadas ao desenvolvimento social e ao campo de atuação das organizações. De modo que a falta de propriedade de conhecimentos técnicos acarreta em deficiências estruturais de planejamento podendo inviabilizar as atividades de acordo com afirmações de Lopes e Viana (2013).

Muitos gestores atuam nestas organizações de forma voluntária, podendo criar uma possível vulnerabilidade no que tange a exigência por resultados conforme Tondolo (2014). Uma vez que é comprovada a falta de formação adequada para atuar nesse tipo de função e há rotatividade na maior parte dos casos. Características, estas que, afetam diretamente na implantação de ferramentas de gestão adequadas a essa espécie de organização.

Ainda, diante da composição da gestão dessas entidades, Mario *et al.* (2013) afirmam que, o fato dessas entidades estarem inseridas em um cenário de grandes dificuldades financeiras resulta na impossibilidade da contratação onerada de um profissional que esteja apto para utilizar os meios mais adequados para o gerenciamento de projetos com bons resultados.

Para Lopes e Viana (2013, p. 02):

Além das dificuldades financeiras, grande parte dessas entidades enfrenta dificuldades administrativas e contábeis, pois, por muitas vezes se preocupam em apenas cumprir as exigências das leis e dos financiadores na aplicação exata e prestação de contas dos recursos recebidos, não se preocupando em criar um sistema de informações gerenciais para poder aperfeiçoar a utilização desses recursos na tomada de decisões. Assim, podem acontecer equívocos administrativos e financeiros, e até gastos desnecessários que poderiam ser evitados, evitando desperdício de recursos financeiros.

Outro obstáculo identificado é o alto custo para obtenção de informações contábeis conforme evidenciado na pesquisa de Cruz (2010). Que constatou, também, que há pouca divulgação das informações contábeis por parte das

entidades do Terceiro Setor, pois para os investidores sociais, os custos das informações representam uma grande parcela da destinação dada às suas doações.

Diante disso, verifica-se que a falta da informação contábil pode refletir na deficiência de conhecimento dos dados contábeis e não necessariamente a falta de relevância que deve ser atribuída à informação contábil (CRUZ, 2010).

Neste sentido, Santos e Leal (2012, p. 14) afirmam que não utilizar as ferramentas gerenciais nas organizações deste setor, “seja por falta de conhecimento da sua importância ou por falta de recursos para sua implantação, pode prejudicar ou comprometer a gestão eficiente”. Podendo acarretar, no pior dos casos, o encerramento da atividade da entidade pela sua inviabilidade.

2.2.1 Instrumentos da Contabilidade Gerencial aplicáveis no Terceiro Setor

Fundamentando-se no fato de que a informação gerada pela Contabilidade Gerencial para um usuário pode não ser ótima para outro, conforme *Financial Accounting Standards Board* - FASB (2010) deve esta, tentar atender o maior número de usuários diferentes.

Sendo assim, as afirmações de diferentes autores que discorrem sobre as ferramentas da Contabilidade Gerencial aplicáveis ao Terceiro Setor, são elencadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Instrumentos da Contabilidade Gerencial aplicáveis ao Terceiro Setor

(continua)

INSTRUMENTO	AUTORES	OBJETIVO
<i>Accountability</i> /Prestação de Contas	Mario <i>et al.</i> (2013) /Dall’Agnol <i>et al.</i> (2017)	A publicação e evidenciação adequada das informações contábeis fornecem a credibilidade aos provedores de recursos e também aos receptores dos resultados. Expressando o êxito da aplicação dos recursos gerando resultados sociais. Consequentemente contribui para o aumento da captação de recursos.
Auditoria	Lopes e Viana (2013) /CRC RS (2018)	Atua como um importante papel, tanto no que consiste às exigências legais, quanto para empregar credibilidade à gestão das organizações mediante expressão de uma opinião de um auditor independente.

(continuação)

INSTRUMENTO	AUTORES	OBJETIVO
<i>Balanced Scorecard</i> (BSC)	Atkinson <i>et al.</i> (2015) /Crepaldi e Crepaldi (2019)	Proporciona a visão em um conjunto claro de objetivos das diversas unidades ou áreas de uma entidade, objetivando o alinhamento da organização. Utilizado por entidades do setor público e que não visam ao lucro para gerenciar sua criação do valor social.
Controle Interno	Lima e Freitag (2014) /Crepaldi e Crepaldi (2019)	Consiste em procedimentos adotados de forma permanente pelas empresas com o intuito de mitigar riscos e melhorar processos. A função básica dos controles internos nestas organizações é a segregação de tarefas, que consiste em não permitir que um indivíduo realize todas as atividades interligadas. Fazendo com que, outras pessoas executem diferentes etapas, a fim de mitigar algumas condutas antiéticas.
Demonstrações Contábeis	Coelho e Lins (2010) /Marion e Ribeiro (2018)	A análise das demonstrações consiste em uma ferramenta de grande valia nas tomadas de decisões, possibilitando o conhecimento da situação econômica e financeira da organização e transformar esses dados em informações úteis. Através da avaliação de desempenho econômico-financeiro tem três aspectos a serem observados: liquidez, rentabilidade e endividamento. Mensurados com o intuito de medir a garantia de pagamento às obrigações, êxito econômico e a correta utilização dos capitais.
Gestão Baseada em Valor (GBV)	Araújo, Fregonesi e Neto (2011) /Costa e Souza (2015)	Métrica adaptável ao Terceiro Setor, que permite comparar o retorno sobre o custo total de capital investido e o valor social agregando á comunidade. Auxilia na sobrevivência das organizações sem fins lucrativos através da análise de política interna da organização.
Gestão Contábil	Lopes e Viana (2013) / Lima e Freitag (2014)	Consiste na prática contábil respeitando as peculiaridades das organizações deste setor. Caso contrário, a sua inobservância pode inviabilizar as atividades das organizações.

(conclusão)

INSTRUMENTO	AUTORES	OBJETIVO
Métodos de Custeio	Lima e Freitag (2014) /Crepaldi e Crepaldi (2019)	Possibilitam estimar despesas operacionais, custos de serviços aos beneficiários. Também oferece <i>feedback</i> econômico sobre a eficiência do processo através do mapeamento do consumo de recursos.
Orçamento	Olak e Nascimento (2010) /Atkinson <i>et al.</i> (2015)	Auxilia as organizações não manufatureiras a desempenhar as funções de planejamento pela gestão, formalização de responsabilidades, relacionamentos e apresentar os planos esperados. Consiste em balancear as receitas levantadas com as demandas de gastos.
Planejamento Estratégico	Mario <i>et al.</i> (2013) /Crepaldi e Crepaldi (2019)	Estabelece metas que serão atingidas em curto e médio prazo e que possibilitarão a consecução dos objetivos propostos. Importante que mantenha claras todas as atividades que se planeja realizar, bem como, abranja todos os recursos que a mesma possui para a idealização destas atividades.
Plano de contas	Lima e Freitag (2014) /CFC (2015)	As contas contábeis têm a função descritiva do reconhecimento das transações. As terminologias e a forma de registro e evidenciação de fatos das entidades do Terceiro Setor devem ser tratadas de forma específica pelo fato das entidades sem fins lucrativos não desempenharem suas atividades com a finalidade de trazer resultados aos seus associados fundadores, mas sim à sociedade. Justifica a diferença da denominação do grupo Patrimônio Líquido nas entidades com finalidade de lucro para Patrimônio Líquido Social para as entidades sem finalidade de lucro, da mesma forma acontece com a substituição dos termos lucro e prejuízo por <i>superávit</i> e <i>déficit</i> .

Fonte: Desenvolvida pela autora deste estudo.

Diante dos instrumentos evidenciados, Olak e Nascimento (2010) listaram as principais demonstrações e as suas contribuições para as entidades sem fins lucrativos: (i) Balanço Patrimonial (BP), pois evidencia a situação econômica, financeira e patrimonial da entidade; (ii) Demonstração do *Superávit* ou *Déficit*

(DSDE), é a demonstração que tem a mesma finalidade da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) utilizada nas entidades do segundo setor, no entanto específica para o Terceiro Setor; (iii) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Social (DMPLS), porque fornece a movimentação ocorrida em determinado período nas contas que compõem o patrimônio líquido social da entidade; e (iv) Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), pois evidencia recebimentos e pagamentos do período e o respectivo saldo existente para cumprir com compromissos vincendos.

Sobre a afirmação de Castro, Costa e Souza (2015, p. 05) ressaltando a importância da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é justificada por ser a “demonstração de análise da geração e distribuição de riqueza”. Para Crepaldi e Crepaldi (2019), a DVA proporciona o conhecimento de informações de natureza econômica e social e também proporcionando a possibilidade de melhor avaliação das atividades da entidade dentro da sociedade na qual está inserida.

2.3 SETORES DO SISTEMA SOCIAL

Conforme o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRC RS) (2018), o contexto econômico atual está subdividido em três setores distintos que atuam na movimentação da economia e permitem a expansão da sociedade: o primeiro setor – representado pelo Estado, no caso o Poder Público –, o segundo setor – composto por empresas privadas com a finalidade de lucro – e, por fim, o Terceiro Setor, que abrange uma gama diversificada de organizações sem fins lucrativos.

Para Oliveira (2015) a divisão em três setores é definida como organização administrativa moderna. Sendo responsável pelo atendimento do interesse público e que sofre a incidência, em maior ou menor medida, do direito administrativo.

Neste sentido, o primeiro setor, atua com o intuito de administração pública. Sendo formado por pessoas jurídicas: os órgãos e os agentes públicos. Podendo ser a administração pública direta ou indireta, que de acordo Oliveira (2015) são:

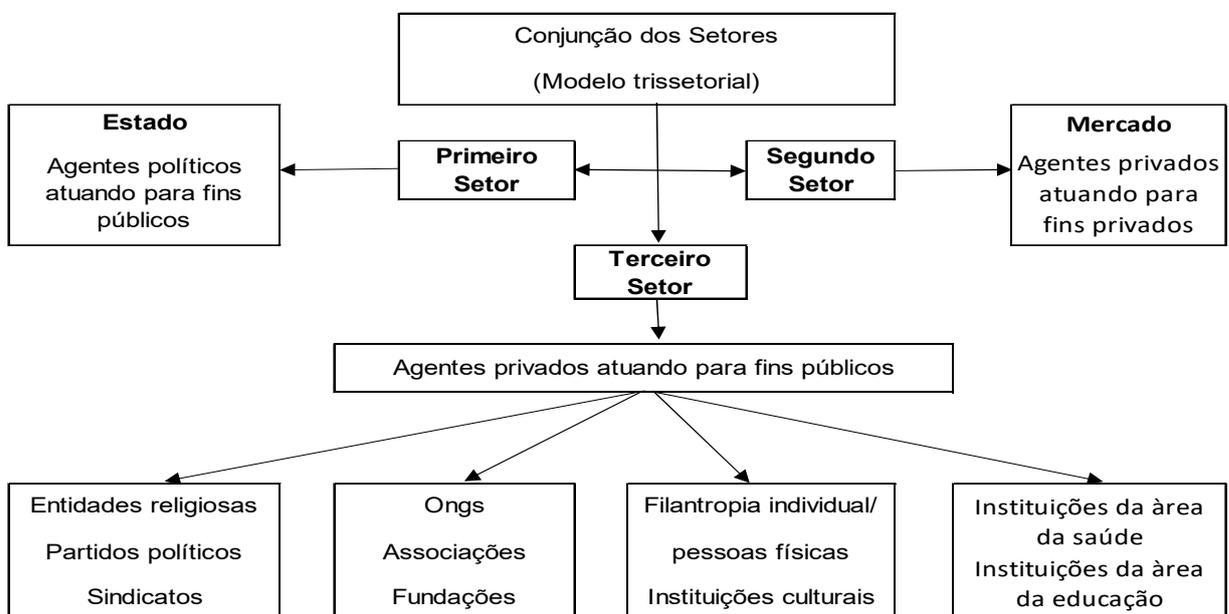
- a) A administração direta compreende os Entes Federativos e seus respectivos órgãos, atuando de maneira centralizada.

b) A administração indireta contempla as entidades administrativas que exercem funções administrativas, de maneira descentralizada e vinculada aos respectivos Entes Federativos. Abrangendo as autarquias, empresas públicas e suas subsidiárias, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias e as fundações públicas estatais de direito público ou privado.

No que tange ao segundo setor, para o CRC RS (2018), enquadram-se as empresas privadas que visam o lucro, onde seus recursos são obtidos com a execução da própria atividade e de financiamentos. Outra característica que as define é a destinação dos seus resultados: quando enquadrada sob a Lei das Sociedades por Ações estes são distribuídos aos investidores, se sociedade de responsabilidade limitada, os sócios designam a destinação.

O Terceiro Setor de acordo com Slomski *et al.* (2012, p. 04) abrange um amplo leque de entidades sem fins lucrativos, privadas, cujas atuações estão voltadas à geração do bem comum, de acordo com evidenciado na Figura 1.

Figura 1 – Conjunção dos setores



Fonte: (Slomski *et al.*, 2012, p. 04).

Por fim, o mesmo autor complementa que o Terceiro Setor pode ser compreendido como uma “conjunção do primeiro com o segundo setor, pois as

entidades que compõem o Terceiro Setor possuem características tanto do Estado quanto do mercado”.

2.4 TERCEIRO SETOR

Paes (2018, p. 125), alega que o Terceiro Setor contempla as organizações privadas com adjetivos públicos, ocupando uma posição intermediária, “que lhes permita prestar serviços de interesse social sem as limitações do Estado, nem sempre evitáveis, e as ambições do Mercado, muitas vezes inaceitáveis”.

Ainda, o mesmo autor afirma:

Conceitua-se o Terceiro Setor como o conjunto de organismos, organizações ou instituições sem fins lucrativos dotados de autonomia e administração própria que apresentam como função e objetivo principal atuar voluntariamente junto à sociedade civil visando ao seu aperfeiçoamento (PAES, 2018, p. 129).

Sendo assim, as entidades do Terceiro Setor foram criadas com o intuito de suprir as lacunas do Estado. Lima e Freitag (2014, p. 23) inferem que estas surgiram “diante da ineficiência estatal para tratar de todos os problemas provenientes de causas econômicas ou sociais”.

Para esclarecer o Terceiro Setor faz-se necessário entender as denominações empregadas para definir as entidades sem fins lucrativos. De acordo com Olak e Nascimento (2010, p. 02) é necessária uma revisão da literatura para adotar as denominações coerentes:

No Brasil, especificamente, o emprego das terminologias Terceiro Setor; organizações não governamentais (ONGs), organizações da sociedade civil, organizações sociais, entidades beneficentes, organizações filantrópicas etc. ocorre de forma equivocada, ao nosso ver, já que são utilizadas normalmente como sinônimas, contribuindo para aumentar ainda mais a confusão. Como se isso não bastasse, passou-se a conviver, recentemente, com mais duas “inovações institucionais”: as “Organizações Sociais – OS” e as “Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP”.

De acordo com o CFC (2015), a expressão “Terceiro Setor” foi adotada pela primeira vez na década de 1970 por estudiosos nos Estados Unidos da América, e a partir da década de 1980, passou a ser utilizada por pesquisadores europeus. Que, da mesma maneira que a expressão ONG, configura-se as entidades de interesse

social sem fins lucrativos, abrangendo organizações com o objetivo de atendimento à alguma carência social ou à defesa de direitos difusos ou emergentes.

O manual referente ao Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil da Secretaria de Governo da Presidência da República define as organizações da sociedade civil (OS) como “entidades privadas sem fins lucrativos, [...] atuam na promoção e defesa de direitos humanos, saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia, desenvolvimento agrário, assistência social, moradia entre outros” (BRASIL, 2016, p. 08).

No que tange a definição de organizações sociais de interesse público (OCIPS), Giehl *et al.* (2015) classificam-se as entidades responsáveis pela execução de grande parte das políticas públicas dos estados e por ações sociais de iniciativa privada. Conforme o CFC (2015, p. 77), um dos principais benefícios da qualificação de OSCIP é “a possibilidade da celebração de termo de parceria com o Poder Público para o recebimento de recursos”.

Sendo assim, o Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor do CFC (2015, p. 37) destaca:

Não há uniformidade na doutrina sobre a forma como deve ser entendido o Terceiro Setor, mas a posição doutrinária mais comum é aquela que faz remissão às organizações que o integram, sua natureza e o campo de atuação. Situa-se ele no setor privado, mas com interesse público em suas atividades e nele podem ser inseridas as organizações sem fins lucrativos.

Ainda, o CFC (2015, p. 29) atesta que “não existe, ainda, [...] uma definição jurídica do que é esse Terceiro Setor, ou uma qualificação de entidades jurídicas já existentes para tarefas concernentes àquele”. No entanto, é composta por pessoas jurídicas de direito privado, sendo elas entidades de interesse social, com a ausência de lucro e o atendimento de fins públicos e sociais.

Conforme CRC RS (2018), a natureza jurídica das organizações do Terceiro Setor é abordada nos incisos I, III, IV e V do art. 44 do Código Civil, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Relaciona as pessoas jurídicas de direito privado como:

Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:
I – as associações;
II – as sociedades;
III – as fundações;
IV – as organizações religiosas; (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22-12-2003)

V – os partidos políticos; (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22-12-2003)
 VI – as empresas individuais de responsabilidade limitada.

O Quadro 2 elenca a definição das entidades que compõe o Terceiro Setor.

Quadro 2 – Composição do Terceiro Setor

MODALIDADE DE PESSOA JURÍDICA	EMBASAMENTO JURÍDICO	CARACTERÍSTICAS
Associações	Art. 53 a 61 do Código Civil, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.	Constituem-se pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos (BRASIL, 2002). Podendo ser (PAES, 2018): a) altruística, sendo associação beneficente; b) egoística, abrangendo a associação literária, esportiva ou recreativa; e c) econômica não lucrativa, sendo associação de socorro mútuo.
Fundações	Art. 62 a 69 do Código Civil, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.	Conforme definição estabelecida pelo CFC (2015), as fundações são pessoas jurídicas constituídas a partir de um patrimônio, devendo ser administrado de modo a alcançar o cumprimento de suas finalidades definidas na sua constituição. Finalidades estas limitadas conforme Art. 62 da Lei nº 10.406/02.
Organizações Religiosas	Incluídas no Art. 44 do Código Civil pela Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003.	O CRC RS (2018) as definem como instituições sem fins lucrativos que professam culto de qualquer credo, sendo integradas por membros de confissão religiosa.
Partidos Políticos	Incluídas no Art. 44 do Código Civil pela Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003.	Correspondem, conforme CRC RS (2018) à pessoa jurídica, sem fins lucrativos, com a finalidade de assegurar o regime democrático e defender os direitos constitucionais.

Fonte: Elaborado de acordo com o CRC RS (2018).

Basicamente, as diferenciações de natureza jurídica das entidades abrangidas pelo Terceiro Setor de acordo com o CRC RS (2018) tratam-se apenas de aspectos da constituição das organizações. Todavia, há dificuldade no que tange a classificação de acordo com o campo de atuação das entidades. Em virtude da

vasta diversidade, 9,2% das organizações não se enquadram em nenhuma das vinte e quatro classificações de acordo com o IBGE (2010).

Ainda sobre os aspectos de atuação, Slomski *et al.* (2012) definiram as classificações das instituições que compõem este setor:

- a) Entidades tradicionais religiosas e laicas, abrangendo as igrejas na forma de templo de culto, bem como as entidades mantidas pelas igrejas, como hospitais, universidades, entre outras;
- b) Entidades paraestatais, no qual pertencem os partidos políticos e sindicatos;
- c) Organizações não governamentais contemplam as entidades que atuam na defesa dos direitos e nos movimentos sociais;
- d) Entidades associativas, caracterizadas pelas instituições que atuam em benefício de associados agregados ou por apoiarem uma causa comum;
- e) Entidades de iniciativa empresarial, constituída por fundações empresariais e pela filantropia individual dos empresários; e
- f) Empreendimentos de serviços no Terceiro Setor encontram-se as ações de comercialização ocorridos em clubes de futebol, instituições culturais e nos campos de saúde e educação.

2.5 CENTROS DE TRADIÇÕES GAÚCHAS

Para Vargas (2018, p. 102), a conceituação de Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) é:

Os Centros de Tradições Gaúchas, conhecidos como CTG, são sociedades civis sem fins lucrativos que funcionam como clubes de cunho cultural, não admitem qualquer filiação expressa político-partidária ou religiosa. Independentemente das variações de perfil mais inclusivo ou mais elitista, todas essas entidades valem-se do saber histórico, da literatura e dos estudos de folclore para elaboração das danças e alegorias que compõem suas invernadas artísticas e culturais, bailes tradicionalistas, fandango, rondas, desfiles e rodeios, entre outras formas de encenação dos hábitos da campanha, denominados 'campeiros'.

De acordo com projeto de Lei nº 415/2015, CTGs “são sociedades sem fins lucrativos, que buscam divulgar as tradições e o folclore gaúcho. É um local de integração social dos tradicionalistas”.

Em Relação da estrutura administrativa dessas entidades, de acordo com o Art. 250 do Regulamento do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) (2015a) é adotada uma nomenclatura simbólica para cada cargo da composição de um CTG:

- I - a Diretoria, o Conselho e os Departamentos são designados, respectivamente, por Patronagem, Conselho de Vaqueanos e Invernadas;
- II - os membros da Diretoria denominam-se Patrão ou Patroa (Presidente), Capataz (Vice-presidente), Sota-Capataz (Secretário), Agregado Tesoureiro ou Agregado das Pilchas (Tesoureiro) e Agregado das Falas (Orador);
- III - os diretores dos Departamentos são chamados Posteiros;
- IV - os conselheiros chamam-se Vaqueanos;
- V - os sócios efetivos do sexo masculino são denominados Peões e do feminino Prendas.

Conforme descrição disponível no *site* do MTG, os CTGs são os pólos sociais e culturais, compostos por entidades tradicionalistas filiadas e coordenadas de forma descentralizada pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) subdividido em suas Regiões Tradicionais (RTs).

2.5.1 Movimento Tradicionalista Gaúcho e suas Regiões Tradicionalistas

De acordo com informações disponibilizadas no seu próprio *site*, O MTG é um órgão catalisador, disciplinador, orientador das atividades dos seus filiados e entidades. Sendo os seus objetivos classificados em duas ordens (MTG RS, 2019):

a) Congregar os Centros de Tradições Gaúchas e entidades para a padronização de procedimentos e realização de atividades com abrangência estadual ou nacional; e

b) Preservar o núcleo da formação gaúcha e a ideologia consolidada nos estudos da história, da tradição e do folclore, além do que constam nos documentos, como as teses aprovadas em congressos e a Carta de Princípios que define os objetivos do tradicionalismo gaúcho desde o ano de 1961.

O Movimento Tradicionalista é uma associação civil, sem fins lucrativos, constituída pela união de entidades legalmente constituídas, sob a denominação de Centro de Tradição Gaúcha ou outra designação que evidencie o seu escopo de acordo com Vargas (2018).

Evidências de Herêncio (2017) comprovam que atualmente existem muitos Centros de Tradições Gaúchas, classificados como locais destinados ao culto da tradição, espalhados pelo Brasil e pelo mundo.

De acordo com o Estatuto do MTG (2014), em seu capítulo VIII, as Regiões Tradicionalistas (RTs) são órgãos com personalidade jurídica própria de desconcentração territorial do movimento, compostas por um número ilimitado de entidades tradicionalistas devidamente filiadas.

Ao todo são classificadas em trinta e uma RTs, sendo elas definidas conforme divisão territorial estabelecida no art. 195 do Regulamento Geral do MTG (2015a). Esta divisão pode sofrer alterações mediante solicitação dos municípios ou no caso de emancipação, no qual o novo município é integrado à região a qual pertence o município de origem.

Nesta classificação (MTG, 2015a), estão as cidades: Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Nova Pádua, Nova Roma do Sul e São Marcos compondo a Vigésima Quinta Região Tradicionalista (25ª RT).

2.5.2 Classificação dos CTGs

Os CTGs podem ser divididos em categorias conforme suas atividades (MTG, 2015a):

§ 1º - São os seguintes os grupos de entidades tradicionalistas:

- a) Entidades de Participação Plena (Centro de Tradições Gaúchas - CTG ou Departamento de Tradições Gaúchas - DTG).
- b) Entidades de Participação Parcial.
- c) Entidades Especiais.
- d) Entidades Associativas Tradicionalistas Municipais.

Neste sentido Vargas (2018, p. 102) identifica as características que são consideradas nesta classificação:

As entidades de Participação Plena possuem um número mínimo de oitenta associados titulares, sede própria ou permanente e estrutura organizacional composta por no mínimo as internadas cultural, artística e campeira. Já as entidades de participação parcial têm um número mínimo de quarenta sócios titulares, e uma estrutura organizacional composta pela área cultura e mais uma área de atuação. A terceira categoria engloba as entidades especiais que tem como característica dedicar-se à uma área da cultura ou do folclore gaúcho e tem um mínimo de quinze sócios titulares.

Em relação à composição dos CTGs, Herêncio (2017, p. 04) afirma:

Esses CTGs [...] têm grupos chamados de Invernadas Campeiras, que são grupos de pessoas ligadas à lida de campo, e as Invernadas Artísticas, as quais são compostas por pessoas ligadas à arte gaúcha, em que estão os músicos, declamadores de poemas gaúchos e grupos de danças tradicionais gaúchas.

2.5.3 Origem do Movimento Tradicionalista Gaúcho e dos CTGs

Evidências disponibilizadas no *site* do MTG afirmam que em agosto de 1947, em Porto Alegre, jovens estudantes, vindos do meio rural, liderados por Paixão Côrtes, criaram um Departamento de Tradições Gaúchas no Colégio Júlio de Castilhos. Com o objetivo de preservar as tradições gaúchas, mas também de desenvolver e proporcionar uma revitalização da cultura rio-grandense, interligando e valorizando no contexto da cultura brasileira.

Barbieri e Lippet (2017) mencionam que, em um dos seus projetos, Paixão Côrtes reuniu um piquete de oito gaúchos pilchados no dia 5 de setembro de 1947, para montar uma guarda em honra ao herói farrapo, David Canabarro, que seria trasladado de Sant'Ana do Livramento para Porto Alegre. Esse piquete conhecido como o Grupo dos Oito, ou Piquete da Tradição foi a primeira semente que após um ano de trabalho resultou o surgimento do 35 CTG.

Também denominado de "O Pioneiro", o 35 CTG, foi fundado no ano de 1948, na cidade de Porto Alegre, tendo como principal objetivo o culto das tradições gaúchas (BASTOS, 2016).

Após a criação do primeiro CTG, Vargas (2018) afirma que foram fundadas aproximadamente trinta novas entidades tradicionalistas em diferentes regiões do estado entre os anos de 1948 e 1954.

Tal expansão demandou a criação de mecanismos de controle dos caminhos do movimento tradicionalista. Assim, em 1952 foi realizado o primeiro encontro dos representantes dos CTGs, onde idealizaram o Congresso Tradicionalista Gaúcho que ocorreu pela primeira vez em Santa Maria no ano de 1954. Somente quando o evento estava na sua décima segunda edição, foi decretada a criação do MTG, conforme Vargas (2018).

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa é caracterizada, quanto aos procedimentos técnicos que referem-se à maneira pela qual se conduz o estudo como bibliográfica e, de modo complementar, o levantamento para a obtenção dos dados. Especificamente uma verificação dos diversos aspectos que devem ser considerados para a eficiência da Contabilidade Gerencial no Terceiro Setor abrangendo as entidades culturais de tradicionalismo gaúcho de Participação Plena filiadas à 25ª Região Tradicionalista.

A pesquisa bibliográfica apresenta-se através de levantamentos dos assuntos relacionados ao tema abordado, que propicia ao investigador “a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”, conforme de Gil (2017, p. 28). Complementarmente, define-se como levantamento a realização de entrevistas estruturadas mediante questionário abordando aspectos qualitativos e quantitativos aplicados aos responsáveis das entidades abrangidas neste estudo objetivando a observação da forma prática dos conceitos teóricos levantados através da pesquisa bibliográfica.

No que concerne à pesquisa bibliográfica, trata-se de um aglomerado que abrange toda a bibliografia pública sobre um determinado assunto e oportuniza ao pesquisador a obtenção de conclusões inovadoras através da apuração do tema sob um novo enfoque segundo Marconi e Lakatos (2017). Também chamada por revisão de literatura por Costa e Costa (2017, p. 33) é “a base de sustentação teórica de um trabalho monográfico. Reflete o nível de envolvimento do autor com o tema”.

No decorrer do processo de seleção de materiais bibliográficos, o pesquisador vai localizar duas tipologias para os dados conforme classificado por Pádua (2019): os de fácil acesso encontrados em fontes de referências, dentre eles populacionais, econômicos, geográficos, históricos. E os dados especializados em cada área do saber, relevantes à pesquisa científica.

Considerando que a averiguação deste estudo é no campo de ciências sociais, os levantamentos são considerados os mais adequados tratando-se de procedimentos técnicos. Caracterizam-se por ser de natureza interrogativa direta aos

indivíduos cujo comportamento se deseja conhecer possibilitando aos resultados obtidos um tratamento mediante procedimentos estatísticos (GIL, 2017).

Os levantamentos, também denominado como *survey*, se realizam através da aplicação de questionário que consiste em um método alternativo para coletar dados não documentados, sobre um determinado tema e pode conter perguntas fechadas visando à quantificação dos resultados e perguntas abertas com enfoque nos dados qualitativos (PÁDUA, 2019).

Fundamentando-se em afirmações de Gil (2017), esse estudo utiliza métodos mistos, visando que a abordagem qualitativa é apresentada mediante descrições verbais diferentemente da quantitativa que demonstra os resultados através de termos numéricos. Sendo assim, as tipologias de pesquisas quanto à abordagem do problema, o estudo se enquadra nos modelos de abordagem qualitativa e quantitativa.

Conforme Casarin e Casarin (2012), abordagem qualitativa objetiva a descrição de determinado fenômeno, explicando sua ocorrência baseando-se em modelos contextuais variados. Os autores complementam o objetivo desse modelo de abordagem, alegando que existe uma preocupação em fazer associações entre variáveis que possam auxiliar na interpretação do tema abordado.

A abordagem quantitativa, segundo Costa e Costa (2017, p. 38), consiste na classificação dada ao “contexto em que os dados obtidos na pesquisa serão analisados [...] que possui vários requisitos (amostra representativa, hipótese a ser testada, um controle rigoroso de variáveis, entre outros).” Para os autores, as distinções entre as abordagens resumem-se em que a quantitativa busca compreensão enquanto a qualitativa busca explicação.

Diante da necessidade de definir o delineamento da pesquisa, quanto aos objetivos, a classificação coerente é de pesquisa exploratória. Sendo assim, Marconi e Lakatos (2017) definem o estudo exploratório como investigações de pesquisa empírica que proporcionam ao pesquisador uma maior proximidade ao objeto do estudo através do desenvolvimento de hipóteses, objetivando reiterar e clarificar conceitos.

Geralmente, a coleta de dados nesta classificação de estudo envolve o levantamento bibliográfico, consultas às pessoas que tiveram experiência prática com o assunto e a análise de exemplos que permitam a compreensão (GIL, 2017).

Sendo assim, consolida-se a classificação deste estudo como exploratória visando a utilização de tais procedimentos de coleta de dados.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

O presente estudo utilizou os seguintes procedimentos de coleta e análise de dados:

- Determinação da amostragem de pesquisa, através de consulta ao cadastro de entidades e suas classificações perante à 25ª RT;
- Elaboração e distribuição de um questionário semiestruturado;
- Levantamentos junto aos gestores dos CTGs;
- Tabulação das respostas utilizando a ferramenta de planilha eletrônica e *software* de análise estatística;
- Relação dos dados levantados com o embasamento teórico, alinhado ao objetivo e à questão de pesquisa.

A amostra aplicada neste estudo abrange os CTGs de Participação Plena filiadas à 25ª Região Tradicionalista (RT). Sendo assim, foram analisadas vinte e nove entidades, de acordo com o banco de dados fornecido pela secretaria da 25ª RT atualizado até dia 06 de agosto de 2019, sendo que o total de vinte e nove questionários foram validados.

Para iniciar os procedimentos de coleta e análise dos dados foi elaborado um questionário semiestruturado embasado de acordo com o padrão aplicado na pesquisa realizada por Vargas (2018). Posteriormente foi submetido à validação através de pré-teste efetivado por dois professores com títulos de Doutorado e Mestrado em Administração chegando ao resultado que consta no roteiro presente no Apêndice A, localizado na página 73 deste estudo.

Num segundo momento, foi enviado o questionário aos respondentes utilizando o recurso de formulários *online* do *Google*. Simultaneamente, foram aplicados questionários acompanhados presencialmente visando minimizar as limitações de alguns gestores.

Mediante a obtenção da colaboração de representantes de todas as entidades que integram a amostragem deste estudo, foram tabuladas as respostas utilizando a ferramenta planilha eletrônica, possibilitando a análise estatística dos

dados coletados (GIL, 2017) através do *software* IBM® SPSS® *Statistics* 21, viabilizando as análises com o embasamento teórico obtido na pesquisa bibliográfica.

Para tanto, foi realizada análise individual de cada questão, onde os dados obtidos tiveram diferentes tratamentos para melhor interpretação dos resultados. Inicialmente, foram apuradas as médias e seus respectivos desvios-padrão. Utilizados na análise descritiva das respostas obtidas, com a finalidade de promover informações sintetizadas dos elementos obtidos da amostra estudada (MADY, 2014).

Em seguida, os dados foram tratados através da análise estatística de referência cruzada, que conforme Fávero e Belfiore (2017) tem o objetivo de verificar a existência de expressividade na relação entre o perfil dos respondentes e suas entidades representadas com os atributos desta pesquisa.

Deste modo, foi possível um maior entendimento da associação das variáveis categóricas a partir da utilização do comando *Crosstabs* do SPSS®, que realiza cruzamentos entre variáveis, agregando conteúdo e conhecimento às análises.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 CARACTERÍSTICAS DAS ENTIDADES PESQUISADAS

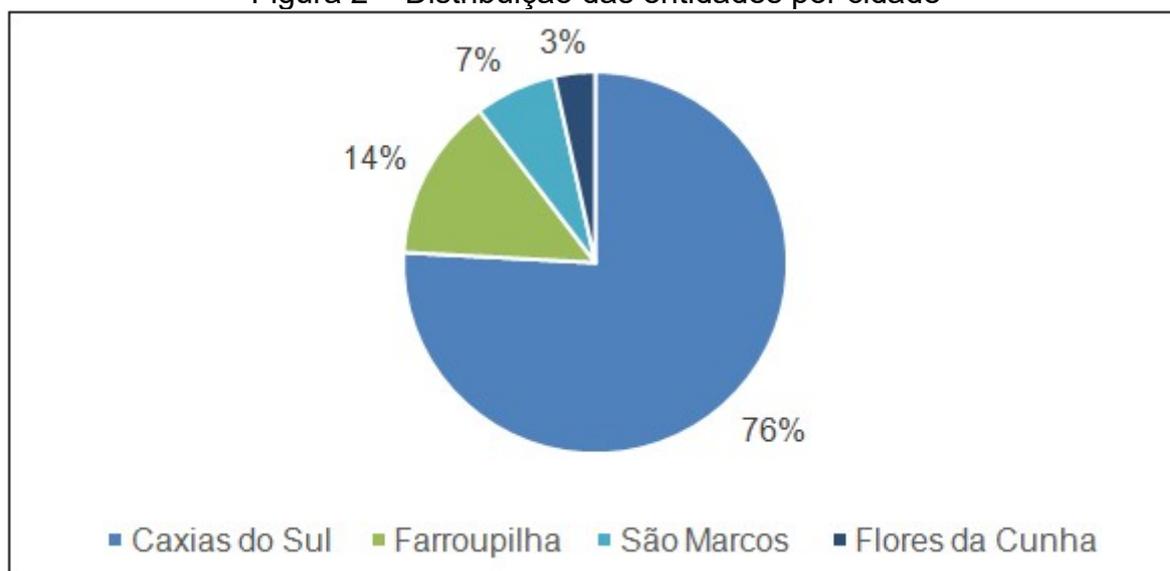
4.1.1 Amostragem abrangida

A 25ª Região Tradicionalista compreende as cidades de Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Nova Pádua, Nova Roma do Sul e São Marcos. Neste cenário, Caxias do Sul sedia noventa entidades tradicionalistas e é a cidade com o maior número de entidades tradicionalistas da 25ª RT.

De acordo com publicação no jornal Pioneiro no dia 12 de setembro de 2019, Caxias do Sul é líder no Estado em número de Centro de Tradições Gaúchas. Contendo 79,0% do total de cento e quatorze entidades filiadas atualmente na 25ª RT.

Tal aspecto pode ser evidenciado na amostragem da pesquisa realizada que buscou a verificação dos vinte e nove Centros de Tradições Gaúchas ativos que constam com classificação de Participação Plena perante a 25ª RT. Sendo que vinte e dois deles são sediados em Caxias do Sul, seguido por Farroupilha com quatro, São Marcos com dois e Flores da Cunha com um CTG, conforme representado na Figura 2.

Figura 2 – Distribuição das entidades por cidade



Fonte: Cadastro de entidades da 25ª Região Tradicionalista.

4.1.2 Concorrências entre os CTGs

A pesquisa realizada verificou que essa concentração de entidades tradicionalistas impacta na limitação do crescimento individual de cada CTG. Justificado pelo fato que quanto mais entidades com a mesma finalidade em uma região, maior a pulverização de voluntários, promovendo concorrência entre as entidades por recursos humanos voluntários e conseqüentemente recursos financeiros.

Este fator impacta diretamente na relação do número de associados que trabalham voluntariamente com a movimentação financeira do CTG, de acordo com a Tabela 1.

Tabela 1 – Cruzamento de nº de associados *versus* movimentação financeira

			Em relação à movimentação financeira mensal, assinale a que corresponde à média:			Total
			Até R\$ 2.000,00	De R\$ 2.001,00 a R\$ 10.000,00	Mais de R\$ 10.001,00	
Quantos associados ativos o CTG possui em média?	De 2 a 100	Contagem	7	10	0	17
		%	24,1%	34,5%	0,0%	58,6%
	De 101 a 200	Contagem	2	8	1	11
		%	6,9%	27,6%	3,4%	37,9%
	Mais de 201	Contagem	0	1	0	1
		%	0,0%	3,4%	0,0%	3,4%
Total	Contagem	9	19	1	29	
	%	31,0%	65,5%	3,4%	100,0%	

Fonte: Dados provenientes da pesquisa.

Com o cruzamento entre o número de associados ativos com a movimentação financeira, foi possível identificar que mais da metade das entidades possui até cem associados (58,6%), lembrando que uma das exigências para a classificação como Participação Plena é ter no mínimo oitenta associados. Desta forma, a movimentação financeira também fica limitada a até R\$ 10.000,00 para grande parte das entidades (65,5%), sustentando o fato de que quanto maior o número de integrantes maior será a arrecadação de recursos.

Conseqüentemente, esse impacto da pulverização de recursos pode ser observado no índice de 67,9% das entidades que consideram a falta de recursos

financeiros para cumprir com as obrigações a maior dificuldade rotineira, seguido da dificuldade para a captação de voluntariado (42,9%) conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Obstáculos enfrentados pela gestão dos CTGs

Quais são as principais dificuldades na gestão do CTG?	Contagem	Percentual dos casos
Falta de recursos financeiros	19	67,9%
Falta de voluntários	12	42,9%
Burocracia	5	17,9%
Falta de suporte profissional especializado	4	14,3%
	40	142,9%

Fonte: Dados provenientes da pesquisa.

Levando em consideração as observações obtidas na aplicação presencial do questionário, através de entrevista informal com os gestores, foi comentado que em cidades com poucos CTGs há uma espécie de remuneração em forma de cachê para as apresentações artísticas, podendo ser uma considerável fonte de recursos.

Algo que não ocorre com frequência na atualidade em virtude do crescimento do número de entidades na região, que acabam realizando as apresentações gratuitas em troca da divulgação da entidade visando o interesse de novos integrantes.

Estas análises sustentam a afirmação que foi coletada em revisão bibliográfica que defende que mesmo não possuindo finalidade de lucro, há alta competitividade entre as entidades do Terceiro Setor para a arrecadação de recursos humanos e financeiros cada vez mais escassos (TONDOLO, 2014).

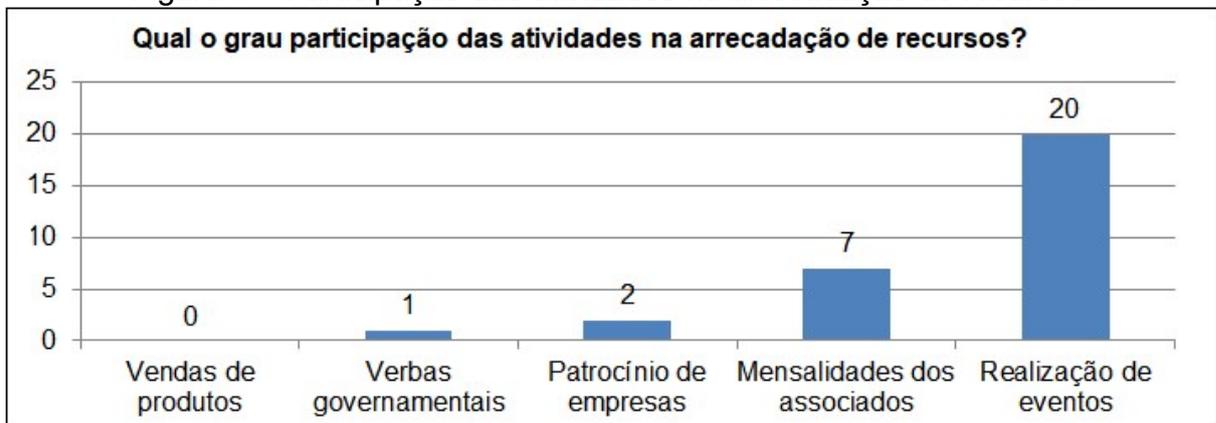
No que diz respeito ao baixo índice de CTGs que consideram a falta de suporte profissional uma problemática (14,3%), conforme Tabela 2, comprova a pouca procura por colaboradores na área da gestão que sejam remunerados. Fortalecendo as afirmações de que as grandes dificuldades financeiras enfrentadas pelas entidades do Terceiro Setor resultam na impossibilidade da contratação de gestores especializados (MARIO, *et al.*, 2013).

4.1.3 Origem dos recursos que financiam as atividades dos CTGs

Com o intuito de investigar a origem dos recursos que financiam os CTGs, foi solicitado aos respondentes que assinalassem de 1 a 5 de acordo com o grau de participação das atividades na arrecadação de recursos financeiros, utilizando 1 para as atividades com menor participação e 5 para as atividades com maior participação.

Deste modo, a Figura 3 apresenta as atividades exercidas que obtiveram o grau máximo na participação da arrecadação dos recursos.

Figura 3 – Participação das atividades na arrecadação de recursos.



Fonte: Dados provenientes da pesquisa.

Nota-se que a realização de eventos obteve o grau máximo na participação da arrecadação dos recursos em vinte CTGs (69,0%), seguido pela arrecadação das mensalidades dos associados em sete CTGs (24,1%), posteriormente, os recursos provenientes de patrocínios de empresas em dois CTGs (6,9%) e verbas governamentais em apenas um CTG (3,4%).

Complementarmente, foram mencionadas pelos gestores dos CTGs outras atividades que são executadas paralelamente às atividades principais apresentadas na Figura 3 para a captação de recursos. Sendo considerados meios de amenizar as dificuldades financeiras enfrentadas pela maioria das entidades, tais como vendas de rifas, aluguéis da sede para eventos de terceiros e apresentações artísticas e culturais remuneradas.

Vale ressaltar que os CTGs são abrangidos pelo Terceiro Setor, ocupando uma posição intermediária entre o primeiro setor (Estado) e o segundo setor

(mercado), conforme Paes (2018), atuando a fim de suprir as lacunas de demandas da sociedade (LIMA; FREITAG, 2014), de maneira que os seus recursos são oriundos de terceiros (PATZLAFF, 2015).

Entretanto, foi evidenciado que há pouca colaboração por parte do Estado, quando o assunto é captação de recursos provindo de verbas governamentais. Bem como, a baixa cooperação do mercado, representado por patrocínios de empresas.

Adicionalmente, houveram indagações à cerca da participação dos associados e invernadas, de modo geral, na captação dos recursos, de acordo com o demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3 – Participação de associados na captação de recursos

	Contagem	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação
A mensalidade paga pelos integrantes cobre todas as despesas das respectivas invernadas	29,0000	1,6207	1,3205	81,48%
O CTG presta apoio financeiro com frequência às suas invernadas	29,0000	4,2414	1,0231	24,12%
Os integrantes devem participar ativamente dos eventos para suprir o planejamento financeiro do CTG.	29,0000	4,8276	0,3844	7,96%
Os integrantes das invernadas são responsáveis pela captação financeira	29,0000	3,6552	1,4947	40,89%

Fonte: Dados provenientes da pesquisa.

Com isso, foi atribuída a média de 1,6207 na escala *Likert*³ quando questionado sobre a cobertura das mensalidades das invernadas sobre as despesas realizadas por elas. Essa média é significativamente baixa, representando que grande maioria dos respondentes discorda totalmente dessa afirmação.

³ Trata-se de uma metodologia popular para realização de pesquisas de opinião. A escala *Likert* é apresentada como uma espécie de tabela de classificação, onde afirmativas são apontadas e o respondente deve emitir o seu nível de concordância com a afirmação (SILVA; COSTA, 2014). No caso foi utilizando 1 - Discordo totalmente, 2 - Discordo parcialmente, 3 - Estou indeciso, 4 - Concordo parcialmente e 5 - Concordo totalmente.

Todavia, o elevado percentual obtido no coeficiente de variação de 81,48% demonstra que em outras entidades essa evidência pode ser totalmente oposta. Sendo que a arrecadação das mensalidades dos integrantes das internadas cobre as suas respectivas despesas.

Outra evidência de relevância nesta análise, foi obtida através da média de 4,8276 quando questionado se os integrantes devem participar ativamente dos eventos para suprir o planejamento financeiro do CTG. Levando a afirmação que, de modo geral, os gestores concordam plenamente com essa afirmação, sendo que o coeficiente de variação é de apenas 7,96%.

4.1.4 Definição das metas dos CTGs

Em relação às metas almejadas pelos CTGs, há pouca diferença entre o que os gestores consideram a finalidade de suas entidades. Visto que, enquanto a ampliação na capacidade de competir obteve uma média de 4,2410 na escala *Likert* a intenção de difundir a cultura para as classes sociais em vulnerabilidade atingiu média 4,276, conforme evidenciado na Tabela 4.

Tabela 4 – Metas dos CTGs

	Contagem	Média	Desvio Padrão	Coeficiente de Variação
A gestão financeira da entidade visa ampliar a capacidade de competir e melhorar os resultados do grupo	29	4,2410	1,0231	24,12%
A gestão financeira visa ampliar a capacidade de atendimento a sociedade, difundindo às classes inferiores a cultura gaúcha	29	4,2760	0,9963	23,30%

Fonte: Dados provenientes da pesquisa.

Analisando o coeficiente de variação, pode-se perceber que é desconsiderável a variação entre as entidades ao responderem a respeito de suas metas. No entanto, essa análise permite verificar que mesmo sendo entidades do Terceiro Setor, que deveriam visar o atendimento das necessidades sociais, os CTGs não estão focados somente a este fim.

De maneira complementar, a maioria dos CTGs (79,3%) alega contar somente com trabalho voluntário em seu quadro de colaboradores, sendo que dos cargos remunerados cerca de 70,0% é ocupado por instrutores e ensaiadores, enquanto os outros 30,0% abrangem profissionais de serviços de limpeza e ajudantes de cozinha.

Logo, foi atribuída a média de 4,2069 na escala *Likert*, quando questionado se a contratação de profissionais (coreógrafo, musical, instrutores) vem tomando espaço de forma gradual no orçamento do CTG. Essa média é consideravelmente alta, representando que grande maioria dos respondentes concorda parcialmente com a afirmação.

Portanto, obteve-se a percepção da preocupação dos CTGs no desempenho artístico, sendo que, dos cargos remunerados dentro de um CTG a maior parte é ocupada por profissionais que atuam no aperfeiçoamento das apresentações artísticas.

Em síntese, evidenciou-se a existência de competitividade entre essas entidades pelo êxito em competições. Podendo esta, ser considerada uma métrica de porte adotada às essas entidades: o CTG melhor sucedido é aquele com mais conquistas em competições, e não aquele que possui a melhor infraestrutura ou que atenda uma parcela maior da sociedade vulnerável.

4.2 ASPECTOS DA GESTÃO DAS ENTIDADES

Objetivando apresentar e avaliar os padrões adotados e as características dos indivíduos que compõem a gestão financeira do CTGs, foram relacionados questionamentos abrangendo os cargos, escolaridade, experiências em outros CTGs e a responsabilidade de tomada de decisões sobre aplicação de recursos financeiros.

4.2.1 Nível de instrução dos gestores dos CTGs

A relação de cargos de acordo com o nível de instrução evidenciou que os presidentes das entidades, denominados como Patrões ou Patroas que representam o maior cargo da hierarquia organizacional, possuem menos instrução do que os

Agregados das Pilchas, denominação dada aos Tesoureiros dos CTGs, conforme a Tabela 5.

Tabela 5 – Cruzamento de Cargos *versus* Escolaridade

			Qual seu nível de escolaridade?		Total
			Até o ensino médio	Com ensino técnico, superior ou especialização	
Qual seu cargo atual no CTG?	Patrão	Contagem	12	10	22
		%	41,4%	34,5%	75,9%
	Agregado das Pilchas	Contagem	2	5	7
		%	6,9%	17,2%	24,1%
Total		Contagem	14	15	29
		%	48,3%	51,7%	100,0%

Fonte: Dados provenientes da pesquisa.

Dos patrões, 41,4% possuem ensino fundamental ou médio, e 34,5% possui ensino técnico, superior ou especialização. Evidenciando que a maioria dos patrões não possui um nível elevado de escolaridade, bem como não detêm instrução específica em gestão.

O contrário ocorre com os Agregados das Pilchas, que proporcionalmente ao número de respondentes, apresentam uma maior instrução, com 17,2% que possui ensino técnico, superior ou especialização comparada a 6,9% que possui ensino fundamental ou médio.

Houve também a avaliação da questão descritiva que buscava a opinião a respeito do próprio domínio e conhecimento sobre instrumentos contábeis e gerenciais. Onde a maioria respondeu que possui conhecimento suficiente para gerenciar o CTG e que adquiriu as experiências com a prática, através da aplicação diária de novos conhecimentos de gestão.

Outra afirmação relevante obtida nesta questão, é que três gestores, que correspondem a cerca de 10,0% dos respondentes, alegaram que estão em busca ou possuem formação específica para a gestão da entidade, nas áreas de Administração, Ciências Contábeis e Direito.

Com isso, obtém-se a validação da afirmação descrita em referencial teórico, que a composição da gestão é normalmente formada por indivíduos com instrução na atividade-fim da entidade (TONDOLO, 2014), faltando propriedade de

conhecimentos técnicos da gestão, acarretando em deficiências estruturais de planejamento.

4.2.2 Nível de detenção de experiências externa pela gestão

Desta maneira, houve o cruzamento das questões que evidenciam a relação entre a vivência de experiências externas à entidade originária com a responsabilidade de decisão na aplicação dos recursos financeiros na entidade, conforme Tabela 6.

Tabela 6 – Cruzamento de Responsáveis *versus* Experiências externas

			Já participou de outro CTG?		Total
			Sim	Não	
Quem toma as decisões sobre a aplicação dos recursos financeiros?	Patronagem	Contagem	4	8	12
		%	13,8%	27,6%	41,4%
	Responsáveis setorizados	Contagem	1	1	2
		%	3,4%	3,4%	6,9%
	Por votação	Contagem	0	5	5
%		0,0%	17,2%	17,2%	
Depende da decisão	Contagem	4	6	10	
	%	13,8%	20,7%	34,5%	
Total		Contagem	9	20	29
		%	31,0%	69,0%	100,0%

Fonte: Dados provenientes da pesquisa.

Com esta análise, foi possível identificar que a maioria dos gestores (69,0%) não participou de outro CTG, conseqüentemente, não têm experiências de como são as práticas internas da gestão de outras entidades da mesma categoria, o que poderia servir de conhecimento a ser aplicado em melhorias nos processos internos de suas entidades.

Desta forma, foi evidenciado que em doze CTGs (41,4%) a tomada de decisão sobre a destinação dos recursos financeiros é responsabilidade exclusiva da patronagem. Sendo que destes, oito (27,6%) responsáveis pela decisão de como os recursos serão gastos não carregam experiências de outros CTGs.

Obtêm-se, portanto, o fator agravante de que as principais decisões no âmbito financeiro são tomadas por indivíduos sem conhecimentos da prática na gestão

advindos de outras entidades da mesma modalidade. Podendo acarretar na sucessão de procedimentos gerenciais errôneos, sem que haja a percepção da necessidade de inovação vinda de uma visão de novos ângulos.

4.3 CARACTERÍSTICAS DA CONTABILIDADE DAS ENTIDADES

Foram realizados questionamentos acerca dos serviços contábeis prestados aos CTGs, com o intuito de analisar as demandas, motivações e satisfação sobre estes. Primeiramente, houve a classificação dos mesmos, conforme Tabela 7.

Tabela 7 – Perfil dos serviços contábeis

Assinale a opção que corresponde à contabilidade do CTG:	Contagem	Percentual
Possui contabilidade terceirizada	15	51,7
Possui contabilidade voluntária	7	24,1
Possui contabilidade interna (empresa mantenedora)	1	3,4
Total	23	79,3
Sem contabilidade regular	6	20,7
	29	100,0

Fonte: Dados provenientes da pesquisa.

Desta forma, foi identificado que pouco mais da metade das entidades (51,7%) possui contabilidade terceirizada, enquanto 24,1% dos CTGs possuem contabilidade voluntária. Mas apenas uma entidade possui contabilidade interna, pelo fato de ser pertencente a uma fundação mantida por uma empresa classificada como sociedade anônima que se beneficia por incentivos fiscais para promover a cultura.

Todavia, o índice que mais chama atenção nesse levantamento é o número de entidades que não atendem as obrigações contábeis e tributárias por não manterem a contabilização regular, sendo seis entidades que correspondem a 20,7%.

4.3.1 CTGs que possuem contabilidade regular

Com o objetivo de verificar as características dos serviços contábeis prestados às entidades estudadas, foram aplicados questionamentos específicos às vinte e três entidades que possuem contabilidade regular.

Inicialmente, houve a indagação a respeito das causas que motivam a contabilização regular nos CTGs, conforme as classificações demonstradas na Tabela 8.

Tabela 8 – Características dos serviços contábeis

Opções caracterizam os serviços da contabilidade do CTG:	Contagem	Percentual dos casos
Cumprir com obrigações perante o fisco	15	65,2%
Prestar contas com colaboradores	13	56,5%
Cumprir com obrigações perante o MTG	8	34,8%
Gerar informações para a gestão de recursos	6	26,1%
	42	182,6%

Fonte: Dados provenientes da pesquisa.

Desta forma, foi obtido o índice de 65,2% das entidades que mantêm a contabilidade para cumprir com as obrigações perante o fisco. Semelhantemente às oito entidades (34,8%) que efetuam a contabilização para manter-se em regularização com o MTG.

Tendo em vista que 73,9% das entidades que possuem contabilidade recebem relatórios e demonstrações dos seus contadores, dentre eles os principais lembrados pelos gestores são a Demonstração do Fluxo de Caixa (76,5%) e o Balanço Patrimonial (52,9%).

Apenas seis CTGs (26,1%) consideram a elaboração de informações para a gestão de recursos um motivo para a contabilização adequada conforme apresenta a Tabela 8.

Concomitantemente, obteve-se um percentual muito aproximado de 27,3% das entidades que usufruem das demonstrações para fundamentar as decisões quando questionado sobre a utilização das mesmas, de acordo com o demonstrado na Tabela 9.

Tabela 9 – Utilização das Demonstrações Contábeis

Utiliza as demonstrações para alguma finalidade?	Contagem	Percentual dos casos
Prestar contas	17	77,3%
Fundamentar decisões	6	27,3%
Não utilizo	5	22,7%
	28	127,3%

Fonte: Dados provenientes da pesquisa.

Do mesmo modo, obteve-se o índice de 77,3% dos CTGs que utiliza as demonstrações para prestar contas aos colaboradores e à sociedade de modo geral.

Em contrapartida, a Tabela 9 apresenta que cinco entidades (22,7%) não identificaram nenhum aproveitamento dos dados provenientes das demonstrações elaboradas pelos contadores.

Por fim, com o intuito de averiguar a satisfação em relação aos serviços prestados pelo contador obtiveram-se os seguintes dados evidenciados na Tabela 10.

Tabela 10 – Pesquisa de satisfação dos serviços contábeis

	Contagem	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação
São satisfatórios os serviços disponibilizados pela contabilidade	23	4,3478	1,0706	24,62%
São atendidas pela contabilidade as demandas de informações essenciais para a gestão	23	4,3478	1,0706	24,62%
Há relevância de dados fornecidos pela contabilidade para a tomada de decisão	23	3,8696	1,1795	30,48%
É importante o acompanhamento do trabalho do contador, dando suporte para gerar informações adequadas	23	4,3913	0,9409	21,43%

Fonte: Dados provenientes da pesquisa.

Verifica-se que, foi atribuída a média de 3,8696 na escala *Likert*, de acordo com a Tabela 10 quando questionado sobre a relevância de dados fornecidos pela

contabilidade para a tomada de decisão. Essa média é proporcionalmente a mais baixa obtida na pesquisa de satisfação, representando que grande maioria dos respondentes considera-se indeciso para classificar a importância dos dados fornecidos.

Desta forma, esta análise comprova que, de modo geral, as entidades estão satisfeitas com os serviços contábeis. Apenas reforça que alguns CTGs não identificam significância alguma nos dados fornecidos pela contabilidade para fundamentar as decisões gerenciais, conforme já constatado nos dados apresentados na Tabela 8 e na Tabela 9.

Por fim, houve a realização do teste t^4 com os dados levantados no questionário com o intuito de averiguar a existência da diferença linear entre as médias das variáveis.

Obteve-se assim, o teste entre o envio das demonstrações contábeis pelo contador e o atendimento às demandas de informações por parte da contabilidade o único resultado positivo afirmando essa diferença linear entre essas variáveis, conforme demonstrado na Tabela 11.

Tabela 11 – Teste t para comparação entre médias

	Teste t para a igualdade de médias.						
	t	df	Sig.	≠ Média	Std. ≠ de erro	Interv. de 95% de confi. da ≠	
						Menor	Maior
Recebe relatórios e demonstrações pelo contador?							
São atendidas pela contabilidade as demandas de informações.	4,1376	21,0000	0,0005	1,5980	0,3862	0,7948	2,4012
	2,6188	5,3147	0,0445	1,5980	0,6102	0,0570	3,1391

Fonte: Dados provenientes da pesquisa.

Com base nos resultados, pode-se afirmar que, o teste t retornou o Sig. (valor- p) de $0,0445 < 0,0500$, ou seja, é menor que o nível de significância escolhido = $0,05$. Dessa forma, rejeita-se a hipótese nula e conclui-se que existe a diferença linear entre as médias das variáveis testadas. Permitindo a

4 O teste t é utilizado para duas amostras independentes, quando se faz necessária a comparação entre médias de variáveis quantitativas.

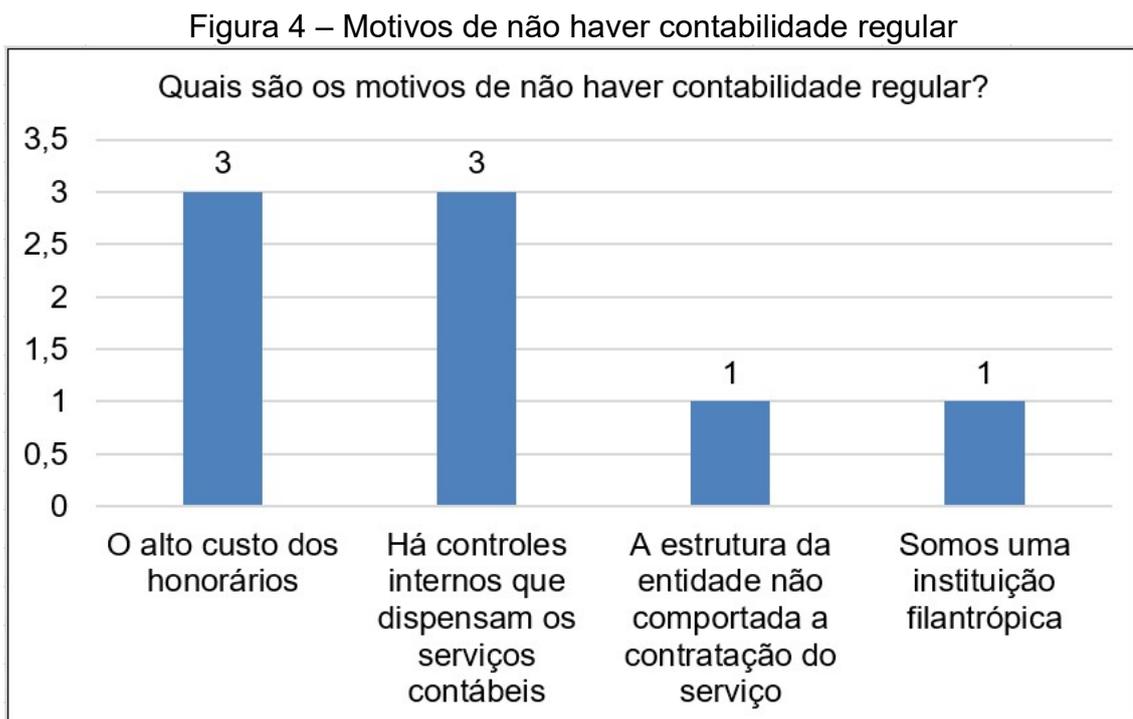
Obtêm-se a diferença linear quando Sig. (valor- p) for $< 0,05$ (PESTANA; GAGEIRO, 2005).

afirmação de que o fato de receber ou não os relatórios e demonstrações contábeis afeta diretamente no atendimento à demanda de informações necessárias para a gestão.

4.3.2 CTGs que não possuem contabilidade regular

Com o objetivo de investigar as causas dos seis CTGs (20,7%) que não mantêm a escrituração contábil em conformidade, bem como o descumprimento de obrigações acessórias e principais exigidas pelo fisco, foram direcionados questionamentos específicos a estes.

Primeiramente, a Figura 4 apresenta os impedimentos apresentados pelas entidades que justificam as irregularidades.



Fonte: Dados provenientes da pesquisa.

Com esta análise, é possível identificar a falta de preparo técnico dos gestores, tendo em vista que três deles afirmaram que os controles internos dispensam os serviços contábeis e um deles alegou que a instituição é filantrópica.

Todavia, de acordo com o CRC RS (2018), as entidades sem fins lucrativos, assim como qualquer pessoa jurídica, independentemente do seu enquadramento

jurídico ou da forma de tributação, estão sujeitas a cumprir com várias obrigações acessórias e principais.

No caso de entidades sem fins lucrativos, o CRC RS (2018) elenca as principais obrigações, sendo: obrigações trabalhistas e previdenciárias, obrigações fiscais, obrigações contábeis, Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e as obrigações específicas das organizações do Terceiro Setor.

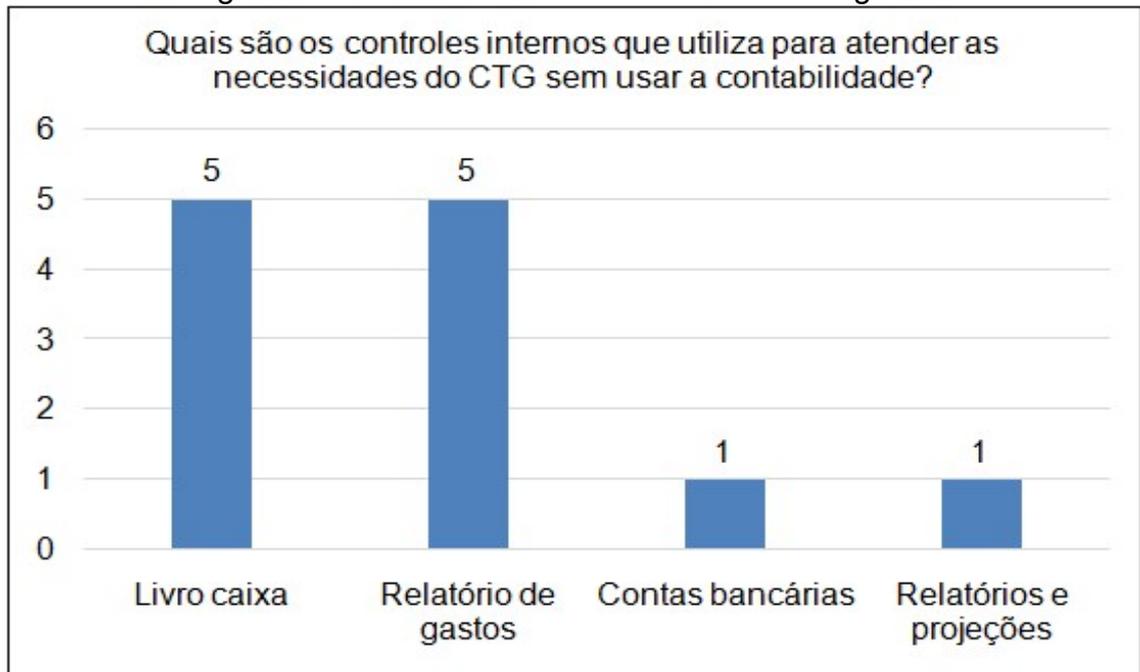
Pode-se perceber que, para parte dos gestores, essas obrigações são desconhecidas. Sendo confundida a imunidade e a isenção tributária da atividade da sua instituição com a dispensa de qualquer obrigação atendida pelos serviços contábeis.

Ainda, obteve-se uma entidade que se considera sem estrutura que comporte a contratação dos serviços contábeis, demonstrado o entendimento que o profissional contábil deve ser apenas para entidades de grande porte, não sendo o caso do respondente. Também, houveram três entidades que afirmam que o alto custo dos honorários é o impedimento de manter-se em regularidade.

Análises estas, que fortalecem a afirmação descrita em revisão bibliográfica pertinente à visão atribuída ao alto custo para obtenção de informações contábeis (CRUZ, 2010), em muitos casos impossibilitando a contratação de um contador.

Logo, foi questionado a estas entidades quais são os controles internos efetuados para atender as demandas de informações pertinentes à gestão, sendo que não há nenhum dado obtido a partir da contabilização dos fatos, conforme a Figura 5.

Figura 5 – Controles internos de entidades irregulares



Fonte: Dados provenientes da pesquisa.

Verifica-se que, a principal atribuição dos controles executados está em evidenciar os recebimentos e pagamentos do período e o respectivo saldo existente para cumprir com compromissos vincendos, de acordo com as cinco entidades que realizam o livro caixa e cinco que elaboram relatório de gastos.

O mesmo ocorre com as entidades que possuem contabilidade regular. Sendo que foi atribuída uma média de 4,5862 na escala *Likert* quando afirmado sobre a elaboração dos fluxos de caixa, de acordo com a Tabela 12.

Tabela 12 – Elaboração dos fluxos de caixa

	Contagem	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação
São elaborados internamente fluxos de caixa demonstrando entradas e saídas de valores	29,0000	4,5862	0,8245	17,98%

Fonte: Dados provenientes da pesquisa.

Com isso, pode-se apontar que, independentemente de haver contabilização dos fatos, a maioria dos gestores dos CTGs concordam parcialmente com a importância da elaboração do fluxo de caixa.

Deste modo, fica evidente a inexistência de informações precisas para fundamentar as decisões da gestão, bem como, a deficiência de meios de avaliação de desempenho com o intuito de medir a correta utilização dos capitais, garantia de pagamento às obrigações e êxito econômico (MARION; RIBEIRO, 2018).

Podendo assim, comprometer a continuidade da atividade da entidade em virtude da sua inviabilidade. Consequência, em muitos casos, da não aderência de ferramentas da Contabilidade Gerencial, tanto pela falta de conhecimento quanto pela falta de recursos para a implantação das mesmas (SANTOS; LEAL, 2012).

4.4 UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DA CONTABILIDADE NA GESTÃO

Objetivando investigar a utilização e a relevância atribuída aos instrumentos da Contabilidade Gerencial na gestão dos CTGs foram aplicados questionamentos abrangendo os principais instrumentos aplicáveis ao Terceiro Setor conforme apresentado no Quadro 1 elaborado na página 24.

4.4.1 *Accountability* / Prestação de Contas

A Tabela 9 apresenta que a prestação de contas nas entidades estudadas é a principal atribuição dada a as informações provenientes da contabilidade, com 77,3% dos respondentes que utilizam as demonstrações para comprovação da destinação dos recursos.

Complementarmente, foi aplicado um questionamento aos gestores dos CTGs direcionado à prestação de contas, conforme apresentado na Tabela 13.

Tabela 13 – Prestação de contas

	Contagem	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação
Há a prestação de contas para os colaboradores da entidade, comprovando a destinação das doações	23,0000	4,5217	0,9941	21,98%

Fonte: Dados provenientes da pesquisa.

Sendo que foi atribuído a esta finalidade uma importância média de 4,5217 na escala *Likert*. Com isso, pode-se apontar que os CTGs prezam pela transparência

nas ações da gestão, buscando sempre demonstrar aos interessados a aplicação dos recursos.

4.4.2 Auditoria

Em relação à indagação se as demonstrações contábeis são submetidas à auditoria, obteve-se a média 3,5217 na escala *Likert*, de acordo com o demonstrado na Tabela 14.

Tabela 14 – Auditoria das demonstrações contábeis

	Contagem	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação
É efetuado auditoria, com o intuito de acrescentar credibilidade nas demonstrações contábeis	23,0000	3,5217	1,3097	37,19%

Fonte: Dados provenientes da pesquisa.

Juntamente com o elevado coeficiente de variação de 37,19%, há a interpretação de que os respondentes apresentam-se indecisos para afirmar se as demonstrações contábeis são submetidas à auditoria.

Levando em consideração a evidenciação da baixa instrução específica dos gestores, atribui-se os resultados obtidos ao provável desconhecimento do que venha a ser auditoria das demonstrações contábeis.

4.4.3 Controle Interno

Também, foi verificada a execução de controles internos nos CTGs com o intuito de mitigar riscos e melhorar processos, conforme apresentado na Tabela 15.

Tabela 15 – Controles internos

	Contagem	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação
São utilizados com frequência controles internos, buscando evitar desvios dos recursos financeiros da entidade	29,0000	4,4483	0,9097	20,45%

Fonte: Dados provenientes da pesquisa.

À vista disso, obteve-se uma média de 4,4483 na escala *Likert*, de modo que a maioria dos gestores das entidades concorda parcialmente com a utilização de controles internos com o intuito de diminuir os riscos de desvios de recursos financeiros da entidade.

Dando ênfase à função básica dos controles internos nas organizações do Terceiro Setor, conforme Lima e Freitag (2014) trata-se da segregação de tarefas, que consiste em não permitir que o mesmo indivíduo realize atividades interligadas.

Deste modo, foi aprofundada a verificação da existência de controles internos, ao relacionar as principais atividades exercidas pela gestão com o questionamento sobre a existência de segregação de função no setor financeiro dos CTGs, conforme Tabela 16.

Tabela 16 – Segregação de funções

			Quais são suas principais atividades exercidas na gestão do CTG?						
			Planej. e orçam.	Arrec. doações	Comp.	Pgtos.	Elab. relato.	Coord.	Total
Existe segregação* de funções no setor financeiro?	Sim	C.	21	11	11	13	8	3	24
		%	72,4%	37,9%	37,9%	44,8%	27,6%	10,3%	82,8%
	Não	C.	5	2	2	3	2	1	5
		%	17,2%	6,9%	6,9%	10,3%	6,9%	3,4%	17,2%
Total	C.	26	13	13	16	10	4	29	
	%	89,7%	44,8%	44,8%	55,2%	34,5%	13,8%	100,0%	

Fonte: Dados provenientes da pesquisa.

Legenda:

(segregação*) Segregação de funções consiste na separação das atividades para evitar conflitos de interesses. Para que os indivíduos não exerçam atividades interligadas (LIMA; FREITAG, 2014), como executar e fiscalizar uma mesma atividade, por exemplo.

Verifica-se que, não se torna evidente a existência de segregação de funções no setor financeiro nas entidades estudadas. Sendo que a maioria dos gestores

(82,8%) afirma haver tal segregação, todavia grande parte dos respondentes é responsável por atividades interligadas.

Dentre estas atividades, estão desde a elaboração de planejamento e orçamentos (89,7%), arrecadação de doações (44,8%), compras (44,8%) e respectivos pagamentos (55,2%) até a elaboração de relatórios de controles internos (34,5%).

Demonstrando a deficiência na atribuição de funções que evitem desvios e fraudes pelo fato de serem executadas por diferentes indivíduos.

4.4.4 Demonstrações Contábeis

Com o objetivo de averiguar se há a análise das demonstrações por parte dos gestores dos CTGs, foi interrogado sobre a avaliação de indicadores e a avaliação da situação econômica e patrimonial, conforme Tabela 17.

Tabela 17 – Análise das demonstrações contábeis

	Contagem	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação
Há avaliação de desempenho, utilizando indicadores	23,0000	3,0000	1,4460	48,20%
São analisadas as demonstrações contábeis a fim de avaliar a situação econômica e patrimonial do CTG	23,0000	4,1739	1,1929	28,58%

Fonte: Dados provenientes da pesquisa.

Sobre a avaliação de desempenho utilizando indicadores percebe-se novamente o provável desconhecimento do que venham a ser estes dados. De modo que os respondentes apresentam-se indecisos para afirmar se a avaliação de desempenho através de indicadores é realizada em suas entidades, de acordo com a média de 3,0000 obtida na escala *Likert*, bem como o alto coeficiente de variação apurado de 48,2%.

Em contrapartida, os gestores concordam parcialmente com a afirmação sobre a avaliação da situação econômica e patrimonial do CTG com a média de

4,1739 na escalada *Likert*. Entretanto, o significativo coeficiente de variação de 28,58% demonstra que alguns gestores não realizam essa avaliação.

Portanto, pode-se afirmar que a análise das demonstrações contábeis nos CTGs é focada à avaliação patrimonial e econômica, sendo que esta não é realizada na totalidade das entidades estudadas.

4.4.5 Métodos de Custeio

Semelhantemente ocorre na utilização de métodos de custeio nos CTGs, conforme apresentado na Tabela 18.

Tabela 18 – Métodos de custeio

	Contagem	Média	Desvio Padrão	Coeficiente de Variação
São mensurados os custos a fim de mapear o consumo de recursos	29,0000	4,3103	1,0387	24,10%

Fonte: Dados provenientes da pesquisa.

Mesmo que os gestores concordem parcialmente com a afirmação sobre a mensuração dos custos em suas entidades, com a média de 4,1739 na escala *Likert*, todavia, há um alto desvio padrão de 1,0387. Representando que não são em todas as entidades que são executadas metodologias de custeio para mapear o consumo de recursos e a eficiência das atividades.

4.4.6 Orçamento

A fim de evidenciar a relevância atribuída à execução de orçamento, houve o questionamento aos gestores de acordo com apresentado na Tabela 19.

Tabela 19 – Orçamento

	Contagem	Média	Desvio Padrão	Coeficiente de Variação
É elaborado o orçamento com a finalidade de balancear as receitas com as demandas de gastos	29,0000	4,4828	0,9111	20,32%

Fonte: Dados provenientes da pesquisa.

Desta maneira, a média de 4,4828 na escala Likert representa que a gestão utiliza de orçamento para balancear as receitas arrecadadas com as demandas de gastos geradas pela atividade do CTG.

4.4.7 Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico consiste, principalmente, em estabelecer metas que serão atingidas em curto e médio prazos e que possibilitarão a consecução dos objetivos propostos (MARIO, *et al.*, 2013). Deste modo, houve a verificação da relevância do planejamento estratégico nos CTGs, conforme demonstrado na Tabela 20.

Tabela 20 – Planejamento estratégico

	Contagem	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação
O planejamento estratégico é válido para apresentar de forma clara as metas da entidade	29,0000	4,4828	0,7378	16,46%
São realizadas análises entre as metas planejadas e as alcançadas	29,0000	3,8621	1,1870	30,73%

Fonte: Dados provenientes da pesquisa.

Mediante o exposto, evidencia-se que os gestores concordam parcialmente, conforme a média de 4,4828 na escala *Likert*, que o planejamento estratégico é eficiente ao demonstrar com clareza as metas da entidade. Ainda que, a análise sobre o alcance das metas não seja relevante à essas entidades, com a baixa média atribuída na escala *Likert* de 3,8621 somado ao alto coeficiente de variação obtido de 30,73%.

Portanto, percebe-se a desatenção por parte da gestão das entidades em relação à fixação de metas. Sendo que, são as metas que norteiam os resultados que precisam ser alcançados por qualquer organização (MARTINS; GUINDANI, 2013).

De modo que, mesmo sendo sem a finalidade de lucro, as entidades precisam estabelecer as metas, para definir as escolhas sobre o que deverá ser

executado, bem como as escolhas pertinentes à aplicação dos recursos arrecadados (ATKINSON, *et al.*, 2015).

5 CONCLUSÃO

O Terceiro Setor vem expandindo consideravelmente nos últimos anos, de modo que a Contabilidade deve voltar-se com mais atenção ao atendimento das necessidades deste.

As informações geradas através da Contabilidade vêm conquistando de forma gradual o seu espaço na tomada de decisões dos gestores, os quais precisam transformar tais informações em ações que garantam a eficiência na utilização dos recursos, e essa afirmação também se estende às entidades do Terceiro Setor.

Com base nisso, esta pesquisa consiste em salientar relevância da aplicação da Contabilidade Gerencial nas entidades, listando os instrumentos específicos que são aplicáveis nas organizações sem fins lucrativos, bem como as contribuições proporcionadas na gestão dos recursos em busca da continuidade das atividades das entidades em prol da sociedade.

Através deste estudo, observam-se os obstáculos enfrentados pelas organizações do Terceiro Setor em relação à autosustentabilidade financeira, bem como, os empecilhos na utilização da informação contábil-gerencial fornecida pelos instrumentos contábeis.

Com o intuito de evidenciar tal relevância atribuída à execução de ferramentas da Contabilidade Gerencial nas instituições sem fins lucrativos, realizou-se o estudo nos CTGs de Participação Plena filiadas à 25ª Região Tradicionalista (RT). Ao final das análises, observou-se que os objetivos geral e específicos foram alcançados, pois, com a coleta do tema na bibliografia, obteve-se o embasamento necessário sobre a Contabilidade Gerencial e ao Terceiro Setor. Complementarmente, os levantamentos realizados nas entidades estudadas evidenciaram as afirmações do referencial teórico, comprovando as limitações presentes nos Centros de Tradições Gaúchas.

A partir disso, obteve-se a comprovação da concorrência entre as organizações pela captação de recursos financeiros e humanos cada vez mais escassos, de modo que a concentração de entidades tradicionalistas impacta na limitação do crescimento individual de cada CTG.

Da mesma forma, foi evidenciado que há pouca colaboração por parte do Estado, bem como, a baixa cooperação do mercado, fazendo com que os CTGs estejam sempre buscando alternativas emergenciais para sustentar-se.

Sendo que, as dificuldades financeiras enfrentadas pelas entidades do Terceiro Setor resultam nas deficiências gerenciais, tendo em vista que o quadro de colaboradores é preenchido por voluntários sem qualificação técnica específica, ou até mesmo a vivência em outras entidades da mesma área de atuação, promovendo a sucessão de procedimentos gerenciais equivocados, sem que haja a percepção da necessidade de inovação vinda de uma visão de novos ângulos.

Pode-se observar, também, que os CTGs deveriam visar o atendimento das necessidades sociais, no entanto as metas estão relacionadas à competitividade entre essas entidades pelo êxito em competições.

Em relação aos serviços contábeis prestados às entidades estudadas verificou-se que, de modo geral, as entidades estão satisfeitas, apesar de não identificarem significância nos dados fornecidos pela Contabilidade para fundamentar as decisões gerenciais.

Em contrapartida, boa parte dos gestores desconhecem as obrigações contábeis e tributárias, sendo confundida a imunidade e a isenção tributária da atividade da sua instituição com a dispensa de qualquer obrigação atendida pelos serviços contábeis.

Sobre a utilização dos instrumentos da Contabilidade Gerencial, verificou-se que, mesmo não havendo o conhecimento das possíveis ferramentas aplicáveis, os CTGs utilizam-se do básico. Porque prezam pela transparência nas ações da gestão, buscando sempre demonstrar aos interessados a aplicação dos recursos, através de análises patrimonial e econômica das demonstrações contábeis e na elaboração de relatórios de gastos, até mesmo nas organizações sem contabilidade regular.

Diante das deficiências identificadas na utilização das ferramentas da Contabilidade Gerencial, sugere-se: a) que haja uma melhor distribuição de tarefas relacionadas à gestão dos recursos financeiros que sejam interligadas entre si, com o intuito de diminuir os riscos de desvios e fraudes; b) a fixação de metas, tanto a curto quanto no longo prazo, para poder nortear as decisões da gestão no que se refere à captação e aplicação dos recursos financeiros; e c) a aderência de análises

das demonstrações contábeis através de indicadores, facilitando a interpretação da situação econômica, conseqüentemente gerando informações úteis e precisas para fundamentar as decisões da gestão.

Tendo em vista que todas as pesquisas possuem limitações ligadas ao contexto em que foram realizadas, sejam elas teóricas, metodológicas ou práticas. Pode-se identificar neste estudo que a literatura possui limitações sobre a aplicabilidade da Contabilidade Gerencial no Terceiro Setor, bem como as definições atualizadas à cerca do tradicionalismo. Dessa forma, este estudo contribui com o meio acadêmico.

Também, pode-se considerar que a amostragem desta pesquisa restringiu-se apenas a uma determinada Região Tradicionalista, fazendo com que os dados e a interpretação dos resultados se limitem a uma amostra com pouca extensão.

Por fim, ressalta-se a importância desse tema para pesquisas futuras, pois apresenta a relevância dos conhecimentos contábeis no gerenciamento das organizações do Terceiro Setor, de modo que poderá ser utilizada por diversas entidades, para contribuir e ampliar o atendimento à carência social ou à defesa de direitos difusos ou emergentes.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Valdir de Oliveira. **Manual prático de Contabilidade: fisco-tributária e ajustes contábeis e fiscais por meio de subcontas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/#/edicao/epub/9788579873133>. Acesso em: 23 abr. 2019.

ARAÚJO, A. M. P.; FREGONESI, M. S. F. A.; NETO, A. A. Gestão Baseada em Valor aplicada ao Terceiro Setor. In: IV Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade, 4., 2011, Santa Catarina. **Anais eletrônicos...** Santa Catarina: UFSC, 2011. Disponível em: <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/4CCF/20110114105706.pdf>. Acesso em: 27 maio 2019.

ATKINSON, Anthony A. *et al.* **Contabilidade Gerencial: informações para tomada de decisão e execução da estratégia**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597009316>. Acesso em: 28 abr. 2019.

BARBIERI, V. C.; LIPPERT, J. A. Grupo de danças tradicionalista do IFC. In: XXXV Seminário de Extensão Universitária da Região Sul - SEURS, 35., 2017, Foz do Iguaçu. **Anais eletrônicos...** Foz do Iguaçu: UNILA, 2017. Disponível em: https://dSPACE.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/4111/MC_8-13.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 31 maio 2019

BASTOS, R. P. **MTG 50 anos de preservação e valorização da cultura gaúcha**. Colaboração de Manoelito Savaris. Porto Alegre: Fundação Cultural Gaúcha, 2016.

BAZZI, Samir. **Contabilidade Gerencial: conceitos básicos e aplicação**. Curitiba: Intersaberes, 2015. Disponível em: <https://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544302279>. Acesso em: 27 mar. 2019.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 29 maio 2019.

BRASIL. Secretaria de Governo da Presidência da República. **Entenda o MROSC: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Lei 13.019/2014**. Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://portal.convenios.gov.br/images/docs/MROSC/Publicacoes_SG_PR/LIVRETO_MROSC_WEB.pdf. Acesso em: 29 maio 2019.

CABRAL, Eloisa Helena de Souza. **Terceiro Setor: gestão e controle social**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502626645>. Acesso em: 27 mar. 2019.

CASARIN, Helen de Castro Silva; CASARIN, Samuel José. **Pesquisa científica: da teoria à prática**. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2012. Disponível em: <https://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582123942>. Acesso em: 08 abr. 2019.

COELHO, Cláudio Ulysses Ferreira; LINS, Luiz dos Santos. **Teoria da Contabilidade: abordagem contextual, histórica e gerencial**. São Paulo: Atlas, 2010. 347 p. ISBN 9788522458417.

COMO criar a autosustentabilidade no Terceiro Setor? **REVISTA FILANTROPIA**. Disponível em: https://www.filantropia.org/informacao/como_criar_a_autossustentabilidade_no_terceiro_setor. Acesso em: 31 out. 2019

CONTABILIDADE, Conselho Federal de. **Manual de procedimentos para o Terceiro Setor: aspectos de gestão e de Contabilidade para entidades de interesse social**. 3 ed. Brasília: CFC: FBC: Profis., 2015. Disponível em: http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Miolo_MTS_web.pdf. Acesso em: 22 maio 2019.

CONTABILIDADE, Conselho Regional de. **Terceiro Setor Guia de orientação para o profissional da Contabilidade**. 2018. Disponível em: http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_3setor.pdf. Acesso em: 22 maio 2019.

CASTRO, Vanessa Rodrigues de; COSTA, Patrícia de Souza; SOUZA, Fláida Êmine Alves de. **Utilização de instrumentos contábeis e gerenciais por entidades de Terceiro Setor**, I Congresso UFU de Contabilidade, 2015. Disponível em: http://www.cont.facic.ufu.br/sites/cont.facic.ufu.br/files/1-31243125_utilizacao_de_instrumentos_contabeis_e_gerenciais.pdf. Acesso: 23 maio 2019.

COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. **Projeto de pesquisa: entenda e faça**. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 2017. Disponível em: <https://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788532624482>. Acesso em: 01 abr. 2019.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Auditoria Contábil: teoria e prática**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597006681>. Acesso em: 26 maio 2019.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade Gerencial: teoria e prática**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011654>. Acesso em: 23 abr. 2019.

CRUZ, C. V. O. A. **A relevância da informação contábil para os investidores sociais privados de entidades do Terceiro Setor no Brasil: uma investigação empírica**. 2010. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Departamento de

Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-24062010104557/publico/CassiaCruzTese.pdf>. Acesso em: 26 maio 2019.

DALL'AGNOL, Camila Fortuna *et al.* Transparência e prestação de contas na mobilização de recursos no Terceiro Setor: um estudo de casos múltiplos realizado no sul do Brasil. **Revista Universo Contábil**, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, v. 13, n. 2, p. 187-203, abr./jun. 2017. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/5458>. Acesso em: 27 maio 2019.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. **Manual de Análise de Dados: Estatística e Modelagem Multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Manual_de_An%C3%A1lise_de_Dados.html?id=SmlaDwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 02 out. 2019.

Financial Accounting Standards Board - FASB. (2010). **Statements of financial accounting concepts n. 2: qualitative characteristics of accounting information**. Disponível em: <http://www.fasb.org>. Acesso em: 26 maio 2019.

GIEHL, Pedro Roque *et al.* **Elaboração de projetos sociais**. 1. ed. Curitiba: InterSaber, 2015. Disponível em: <https://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544302729>. Acesso em: 27 maio 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012934>. Acesso em: 03 abr. 2019.

HERÊNCIO, Diego. Conjunto Farroupilha: análise histórica e investigação de suas influências para a música do Rio Grande do Sul. **Revista da Fundarte**, ano 17, n. 33, jan. a jul, 2017. p. 114-136. Disponível em: <http://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/article/view/439/550>. Acesso em 28 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes_Privadas_e_Associacoes/2010/fasfil.pdf. Acesso em: 27 mar. 2019.

JOÃO, Belmiro N.. **Tecnologia da informação gerencial**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. Disponível em: <https://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788543017327>. Acesso em: 24 abr. 2019.

LIMA, Gudrin M. Loureiro de; FREITAG, Viviane da Costa. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos: teoria e prática**. Curitiba: Intersaberes, 2014. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/#/edicao/epub/9788582129500>. Acesso em: 09 maio 2019.

LOPES, Paloma de Lavor; VIANA, Natalia da Silva. **Administração Contábil no Terceiro Setor**, SEGeT. X Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2013. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/201811.pdf>; Acesso: 16 maio 2019.

MADY, Eliane Batista. **Pesquisa de Mercado**. Curitiba: Intersaberes, 2014. Disponível em: <https://ucs.bv4.digitalpages.com.br/#/edicao/epub/978858219753>. Acesso em: 01 out. 2019.

MARTINS, Tomas Sparano; GUINDANI, Roberto Ari. **Estratégia e competitividade**. Curitiba: Intersaberes, 2013. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/#/edicao/epub/9788582127803>. Acesso em: 22 abr. 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013535>. Acesso em: 26 mar. 2019.

MARIO, Poueri do Carmo. *et al.* A utilização de instrumentos de Contabilidade Gerencial em entidades do Terceiro Setor. **Sociedade, Contabilidade & Gestão**, v. 8, n. 1, 64-79, 2013. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ufrrj/article/viewFile/1645/1466>. Acesso em: 16 maio 2019.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522498871>. Acesso em: 21 abr. 2019.

MARION, José Carlos; RIBEIRO, Osni Moura. **Introdução à Contabilidade Gerencial**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547220891>. Acesso em: 21 abr. 2019.

_____. Estatuto do MTG. Caxias do Sul: MTG, 2014.

_____. Regulamento Geral do MTG. Porto Alegre: MTG, 2015a.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (Terceiro Setor)**. 3 ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Administração pública, concessões e Terceiro Setor**. 3. ed. São Paulo: Método, 2015. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6195-4>. Acesso em: 28 maio 2019.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia de pesquisa**: abordagem teórico-prática. Campinas: Papyrus Editora, 2019. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/#/edicao/epub/9788544903155>. Acesso em: 04 abr. 2019

PAES, José Eduardo sabo. **Fundações, associações e entidades de interesse social**: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. Disponível em: Disponível em: <https://forumdeconcursos.com/wp-content/uploads/wpforo/attachments/2/1704-Fundaes-Associaes-e-Entidades-de-Interesse-Social-Jos-Eduardo-Sabo-Paes-2018.pdf>. Acesso em: 31 maio 2019.

PATZLAFF, Airtón Carlos. *et al.* Aspectos legais e contábeis do Terceiro Setor: o controle principiológico em fundações de direito privado. **Revista NAU Social**, v. 6, n. 10, 73-88, 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rs/article/view/31300/18650>. Acesso em: 13 maio 2019.

PESTANA, Maria Helena; GAGEIRO, João Nunes. **Análise de dados para ciências sociais**: a complementariedade do SPSS. 4. ed. rev. e aum. Lisboa, Portugal: Sílabo, 2005.

PORTO ALEGRE. **Projeto de Lei n. 415/2015, de 28 de novembro de 2017**. Altera a Lei n. 13.490, de 21 de julho de 2010, que institui o Sistema Estadual Unificado de apoio e Fomento às Atividades Culturais – PRÓ CULTURA, e dá outras providências. Disponível em: <http://proweb.procergs.com.br/Diario/DA20171208-01-101338/EX20171208-01-101338-PL-415-2015.pdf>. Acesso em: 30 maio 2019.

RIO GRANDE DO SUL, MTG. **Conceituações e Tradicionalismo**. Disponível em: <http://www.mtg.org.br/tradicionalismo/286> . Acessado em: 31 maio 2019.

RIO GRANDE DO SUL, MTG. **História do MTG e O Grupo dos 8**. Disponível em: http://mtg3.hospedagemdesites.ws/pag_grupodos8.php . Acessado em: 31 maio 2019.

SANTOS, D. V.; LEAL, E. A. Atributos da Contabilidade Gerencial: Um estudo de caso em uma Organização Hospitalar sem fins lucrativos. In: Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 9. 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2012.

SILVA Jr, Severino Domingos da; COSTA Francisco José. Mensuração e escalas de verificação: uma análise comparativa das Escalas de *Likert* e Phrase Completion. **Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing**, Opinião e Mídias. São Paulo, v. 15, p.1-16, out 2014. ABEP: Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa.

SLOMSKI, Valmor *et al.* **Contabilidade do Terceiro Setor: uma abordagem operacional - aplicável às associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas.** São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522480166>. Acesso em: 29 maio 2019.

TONDOLO, Rosana da Rosa Portella. **Desenvolvimento de capital social organizacional em um projeto interorganizacional no Terceiro Setor.** 2014. 157 f. Tese (Doutorado em Administração). Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4794>. Acesso em: 16 maio 2019.

TRADIÇÃO dos tropeiros é abraçada pelos italianos. **CLICRBS.** Disponível em: <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2019/09/tradicao-dos-tropeiros-e-abracada-pelos-italianos-11321909.html>. Acesso em: 02 out. 2019.

VARGAS, Leticia Marques. **Do monopólio a à espetacularização da cultura: uma análise do processo de empresarização dos Centros de Tradições Gaúchas.** Pelotas, 2018. 192p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, Faculdade de Administração e Turismo, Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPL_b07022904c2b3938ef839864150c5f6f. Acesso em: 31 maio 2019.

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério das. **Contabilidade básica.** 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547210243>. Acesso em: 21 abr. 2019.

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de questionário	73
--	----

APÊNDICE A – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO

Primeira Parte - PERFIL DO RESPONDENTE			
Instruções: Por favor, preencha as questões conforme a sua situação:			
01) Qual o nome do seu CTG? (sigiloso, somente para fins de controle)			
02) Já participou de outro CTG?	<input type="checkbox"/>	Sim	
	<input type="checkbox"/>	Não	
03) Qual seu cargo atual no CTG?	<input type="checkbox"/>	Agregado das Pilchas (Tesoureiro)	
	<input type="checkbox"/>	Patrão (Presidente)	
04) Escolaridade: (completo ou cursando)	<input type="checkbox"/>	Ensino fundamental	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Ensino médio	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Ensino Técnico	<input type="checkbox"/>
			<input type="checkbox"/>
			Ensino Superior
			Especialização
			Mestrado/Doutorado
05) Quais são suas principais atividades exercidas na gestão do CTG? (assinale todas aplicáveis)	<input type="checkbox"/>	Elabora planejamentos e orçamentos	
	<input type="checkbox"/>	Arrecada doações (mensalidades)	
	<input type="checkbox"/>	Realiza compras de insumos necessários à entidade	
	<input type="checkbox"/>	Efetua os pagamentos integral ou parcialmente.	
	<input type="checkbox"/>	Elabora relatórios de controle	
	<input type="checkbox"/>	Outras. Quais?	

06) Qual a sua opinião a respeito de seu domínio e conhecimento sobre instrumentos contábeis e gerenciais?

Segunda Parte - PERFIL DO CTG

Instruções: Por favor, preencha as questões conforme a situação da sua entidade:

07) Quem toma as decisões sobre a aplicação dos recursos financeiros?	<input type="checkbox"/>	Somente patronagem
	<input type="checkbox"/>	Existem responsáveis setorizados por internada
	<input type="checkbox"/>	Por meio de votação com participação de todos
	<input type="checkbox"/>	Depende da amplitude da decisão

08) Existe segregação* de funções no setor financeiro?	<input type="checkbox"/>	Sim, são distribuídas entre responsáveis.
	<input type="checkbox"/>	Não, somente um responsável.

* Segregação de funções consiste na separação das atividades para evitar conflitos de interesses. Para que os indivíduos não exerçam atividades interligadas (LIMA; FREITAG, 2014), como executar e fiscalizar uma mesma atividade, por exemplo.

09) Todos os colaboradores são voluntários?	<input type="checkbox"/>	Sim
	<input type="checkbox"/>	Não. Quais cargos são remunerados?

10) Assinale de 1 a 5 de acordo com o grau de participação na arrecadação de recursos financeiros: (somente as opções que ocorrem no seu CTG. Utilize 1 para as atividades com menor participação e 5 para as atividades com maior participação)	<input type="checkbox"/>	Mensalidade de associados
	<input type="checkbox"/>	Patrocínio de empresa
	<input type="checkbox"/>	Verbas governamentais
	<input type="checkbox"/>	Realização de eventos
	<input type="checkbox"/>	Vendas de produtos
	<input type="checkbox"/>	Outras. Quais?
11) Quantos associados ativos o CTG possui em média?	<input type="checkbox"/>	De 2 a 50 associados
	<input type="checkbox"/>	De 51 a 100 associados
	<input type="checkbox"/>	De 101 a 150 associados
	<input type="checkbox"/>	De 151 a 200 associados
	<input type="checkbox"/>	Mais de 201 associados
12) Em relação à movimentação financeira mensal, assinale a que corresponde à média: (entradas e saídas)	<input type="checkbox"/>	De R\$ 0,00 a R\$ 500,00
	<input type="checkbox"/>	De R\$ 501,00 a R\$ 2.000,00
	<input type="checkbox"/>	De R\$ 2.001,00 a R\$ 5.000,00
	<input type="checkbox"/>	De R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00
	<input type="checkbox"/>	Mais de R\$ 10.000,00
13) Quais são suas principais dificuldades na gestão de recursos financeiros do CTG? (assinale todas aplicáveis)	<input type="checkbox"/>	Falta de recursos para cumprir com as obrigações
	<input type="checkbox"/>	Falta de suporte profissional especializado
	<input type="checkbox"/>	Falta de voluntários responsáveis e aptos
	<input type="checkbox"/>	Burocracia
	<input type="checkbox"/>	Outras. Quais?

Terceira Parte - PERFIL CONTÁBIL

Instruções: Por favor, preencha as questões conforme a situação da contabilidade da sua entidade:

14) O CTG possui contabilidade regular?

<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não

Caso sua resposta anterior seja SIM, por favor, continue preenchendo essa parte (Terceira Parte) com exceção as questões nº 20 e 21.

Caso sua resposta anterior seja NÃO, por favor, preencha somente as questões 20 e 21 dessa parte e pule para a Quinta Parte (questões 30 a 42).

15) Assinale a opção que corresponde à contabilidade do CTG:

<input type="checkbox"/>	Possui contabilidade terceirizada
<input type="checkbox"/>	Possui contabilidade voluntária
<input type="checkbox"/>	Possui contabilidade interna (empresa mantenedora)
<input type="checkbox"/>	Outra. Qual?

16) Qual as opções que caracterizam os serviços da contabilidade do CTG:

<input type="checkbox"/>	Cumprir com obrigações perante o fisco
<input type="checkbox"/>	Cumprir com obrigações perante o MTG
<input type="checkbox"/>	Prestar contas com colaboradores
<input type="checkbox"/>	Gerar informações para a gestão dos recursos
<input type="checkbox"/>	Outras. Quais?

17) Recebe relatórios e demonstrações enviados pelo contador?

<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não

18) Se sim, quais? (assinale todas aplicáveis)	<input type="checkbox"/>	Balanço Patrimonial
	<input type="checkbox"/>	Demonstração do <i>Superávit</i> ou <i>Déficit</i>
	<input type="checkbox"/>	Demonstração das Mutações do PL Social
	<input type="checkbox"/>	Demonstração do Fluxo de Caixa
	<input type="checkbox"/>	Outros. Quais?
19) Utiliza-os para alguma finalidade? Se sim, pra quê?	<input type="checkbox"/>	Não utilizo
	<input type="checkbox"/>	Prestar contas
	<input type="checkbox"/>	Fundamentar decisões
	<input type="checkbox"/>	Outras. Quais?
20) Quais são os motivos de não haver contabilidade regular?	<input type="checkbox"/>	O alto custo dos honorários
	<input type="checkbox"/>	A estrutura da entidade não comporta
	<input type="checkbox"/>	Não há importância para a entidade
	<input type="checkbox"/>	Há controles internos que dispensam os serviços contábeis
	<input type="checkbox"/>	Outros. Quais?

21) Quais são os controles internos que utiliza para atender as necessidades do CTG sem usar a contabilidade?	<input type="checkbox"/>	Livro caixa
	<input type="checkbox"/>	Conta bancária
	<input type="checkbox"/>	Relatórios de gastos
	<input type="checkbox"/>	Relatórios de projeções
	<input type="checkbox"/>	Outros. Quais?

Quarta Parte - UTILIZAÇÃO DA CONTABILIDADE GERENCIAL

Instruções: Nesta parte do questionário consta uma série de afirmativas. Ao lado encontra-se uma escala numerada de 1 a 5, cada número corresponde a uma alternativa de resposta na forma que se segue:

1	Discordo totalmente
2	Discordo parcialmente
3	Estou indeciso
4	Concordo parcialmente
5	Concordo totalmente

Por favor, assinale em cada questão o número correspondente à alternativa escolhida.

Importante:

- Leia com atenção cada afirmativa
- Assinale apenas uma alternativa em cada questão
- Todas as afirmativas devem ser respondidas

AFIRMAÇÕES

22) Há a prestação de contas para os colaboradores da entidade, comprovando a destinação das doações.	1	2	3	4	5
23) É efetuado auditoria, com o intuito de acrescentar credibilidade nas demonstrações contábeis.	1	2	3	4	5
24) Há avaliação de desempenho, utilizando indicadores (índices contábeis, análise vertical e horizontal).	1	2	3	4	5
25) São analisadas as demonstrações contábeis a fim de avaliar a situação econômica e patrimonial do CTG.	1	2	3	4	5
26) São satisfatórios os serviços disponibilizados pela contabilidade.	1	2	3	4	5
27) São atendidas pela contabilidade as demandas de informações essenciais para a gestão.	1	2	3	4	5
28) Há relevância de dados fornecidos pela contabilidade para a tomada de decisão.	1	2	3	4	5
29) É importante o acompanhamento do trabalho do contador, dando suporte para gerar informações adequadas.	1	2	3	4	5

Quinta Parte - GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

Instruções: Nesta parte do questionário consta uma série de afirmativas. Ao lado encontra-se uma escala numerada de 1 a 5, cada número corresponde a uma alternativa de resposta na forma que se segue:

1	Discordo totalmente
2	Discordo parcialmente
3	Estou indeciso
4	Concordo parcialmente
5	Concordo totalmente

Por favor, assinale em cada questão o número correspondente à alternativa escolhida.

Importante:

- Leia com atenção cada afirmativa
- Assinale apenas uma alternativa em cada questão
- Todas as afirmativas devem ser respondidas

AFIRMAÇÕES

30) A gestão financeira da entidade visa ampliar a capacidade de competir e melhorar os resultados do grupo.	1	2	3	4	5
31) A gestão financeira visa ampliar a capacidade de atendimento a sociedade, difundindo às classes inferiores a cultura gaúcha.	1	2	3	4	5
32) A mensalidade paga pelos integrantes cobre todas as despesas das respectivas internadas.	1	2	3	4	5
33) O CTG presta apoio financeiro com frequência as suas internadas.	1	2	3	4	5
34) Os integrantes devem participar ativamente dos eventos para suprir o planejamento financeiro do CTG.	1	2	3	4	5
35) Os integrantes das internadas são responsáveis pela captação financeira.	1	2	3	4	5
36) A contratação de profissionais (coreógrafo, musical, instrutores) vem tomando espaço de forma gradual no orçamento do CTG.	1	2	3	4	5
37) São realizadas análises entre as metas planejadas e as alcançadas.	1	2	3	4	5
38) São utilizados com frequência controles internos, buscando evitar desvios dos recursos financeiros da entidade.	1	2	3	4	5
39) São elaborados internamente fluxos de caixa demonstrando entradas e saídas de valores.	1	2	3	4	5
40) São mensurados os custos a fim de mapear o consumo de recursos.	1	2	3	4	5
41) É elaborado o orçamento com a finalidade de balancear as receitas com as demandas de gastos.	1	2	3	4	5
42) O planejamento estratégico é válido para apresentar de forma clara as metas da entidade.	1	2	3	4	5